

CADERNOS DA OFICINA SOCIAL

13

**A reintrodução da cultura do algodão
no semi-árido do Brasil através do
fortalecimento da agricultura familiar:
um resultado prático da atuação do COEP**

OFICINA
SOCIAL
CENTRO DE TECNOLOGIA,
TRABALHO E CIDADANIA

Rio de Janeiro
2005

R374 A reintrodução da cultura do algodão no semi-árido do Brasil através do fortalecimento da agricultura familiar : um resultado prático da atuação do COEP / Marcos Carmona ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2005.
99 p. : il. ; 19 cm. – (Cadernos de Oficina Social, ISSN 1518-4242 ; 13)

Inclui bibliografias.

1. Algodão - Cultura. I. Carmona, Marcos. II. Série.

CDD 633.5

Autoria

Marcos Carmona, Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, José Mendes de Araújo, Francisco Pereira Cordão Sobrinho, Alfonso Arias

Edição

Oficina Social

Coordenação

Gleyse Peiter

Equipe técnica

Amélia Medeiros, Sarita Berson

Organização desta edição

Tatiana Lermontov

Capa, projeto gráfico e programação visual para esta edição

Ednéa Pinheiro da Silva

Fotos

COEP

Apoio

COEP

Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos e opiniões contidas nesta publicação. A reprodução dos artigos é permitida, desde que citada a fonte.



Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania – Oficina Social

Centro de Tecnologia, Bloco I - 2000 MT-05 COPPE/UFRJ

Ilha do Fundão – 21945-970 Rio de Janeiro-RJ

Telefax: (21) 2562-8074

www.coeppbrasil.org.br

coep@coepbrasil.org.br

Mensagem da Direção

Começamos em 1993, com 40 entidades e o foco, na época, era a mobilização das associadas para o combate à fome e à miséria. Fomos crescendo e adquirindo experiência e, hoje, a atuação do COEP, uma rede com mais de 900 associadas, entre entidades públicas e privadas, em todos o país, dirige-se, em especial, a 03 públicos: Comunidades, Entidades e Pessoas, por meio de ações que permeiam os níveis estratégico, institucional e comunitário.

No nível estratégico, temos participado de diferentes espaços de discussão de questões de interesse público ou de políticas públicas, como o Consea, GT Parcerias Fome Zero, Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Internacionalmente, a articulação de parcerias com organizações de cunho social de diferentes países vem crescendo, o que possibilita, também, ampliar a discussão e conhecimentos sobre desenvolvimento em comunidades de baixa renda.

No nível institucional, a atuação tem como base a mobilização de organizações para a construção de uma rede de parceiros em todo o país, onde cada um agrega sua competência, recursos e ativos, viabilizando o desenvolvimento de projetos coletivos. O COEP promove, ainda, a capacitação dos representantes dessas associadas, divulga as iniciativas e efetiva a mobilização de seus funcionários através da Rede de Mobilizadores COEP.

No nível comunitário, a experiência adquirida nesses anos possibilitou a construção de uma metodologia de desenvolvimento comunitário fundamentada em um processo participativo, com a divisão de responsabilidades e o envolvimento de um número maior de pessoas, organizações e instituições na sua implantação, bem como o fortalecimento e a organização desses locais. Após a criação de um projeto de referência, são articuladas parcerias visando a ampliação das ações e a implantação de políticas públicas no local. Ao se replicar o projeto, parte-se para a criação de um pólo de desenvolvimento integrado e sustentável na região. Formam-se, assim, as Comunidades COEP - uma rede de comunidades auto-sustentáveis que têm como compromissos, princípios e valores a justiça econômica, os direitos humanos, o respeito ao meio ambiente, a responsabilidade com as futuras gerações e uma cultura de paz e solidariedade.

O estabelecimento de pontes entre esse três níveis de atuação do COEP, aliado à ampliação do acesso à informação e ao conhecimento, vêm criando, nas comunidades, um campo fértil para a implementação de políticas públicas e para a efetiva transformação social, com o fortalecimento da organização comunitária, a inclusão econômica, social

e política de seus moradores e a melhoria da gestão da produção local. Nas entidades parceiras, vemos um novo olhar sobre o próprio negócio e o exercício, de modo mais amplo, da responsabilidade social. Nas pessoas, de modo geral, aumenta o grau de participação e o exercício da cidadania, com a compreensão dos direitos e deveres de cada um.

Como ilustração do trabalho desenvolvido pelo COEP, apresentamos um exemplo de projeto de referência implantado em comunidades de agricultores familiares do semi-árido nordestino - o Projeto Algodão. Assim como uma semente plantada em bom solo e que recebe o cuidadoso tratamento do lavrador, este Projeto nasceu, cresceu e vem rendendo frutos são e vigorosos.

Em 2000, uma pequena semente foi lançada na Comunidade do Assentamento Margarida Maria Alves, no município paraibano de Juarez Távora. Desejávamos fazer algo pela retomada da cultura do algodão, tão importante na vida do pequeno agricultor do semi-árido. Mais do que disponibilizar equipamentos e transferir tecnologias, nosso intuito sempre foi o de aproveitar o caminho da técnica para deflagrar um processo de desenvolvimento nas comunidades. Observar, aprender com a experiência e replicá-la, como mencionamos anteriormente, tem sido nossa preocupação nas várias ações sociais.

Deu certo. Depois de dois anos em Juarez Távora, ampliamos o projeto para outras cinco localidades distribuídas por cinco estados nordestinos e hoje já são oito os municípios com comunidades participantes. Nossa perspectiva é que, daqui para frente, novos locais sejam englobados e que se formem pólos regionais produtores de algodão. Não só o número de comunidades envolvidas cresceu, mas também o escopo do projeto se ampliou. A produção de algodão é, hoje, apenas uma das interfaces de ação do COEP. Um dos frutos é o Programa Comunidades COEP, que engloba vários projetos como os de armazenamento de água no solo para agricultura e em cisternas para consumo, segurança alimentar, energia, educação, inclusão digital, entre outros.

Essa tem sido nossa forma de trabalho desde a criação do COEP e é através da qual vimos conseguindo transformar idéias em ações concretas e viabilizar a multiplicação de experiências bem-sucedidas. Já em 1994, a partir de um processo de articulação de parcerias, foi constituída a Cootram - Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

O sucesso dessa experiência levou à idéia da criação, nas universidades, de um espaço de estudos, discussão e de implementação de um processo de inserção social, com bases cooperativistas. Assim, foi criada a primeira Incubadora de Cooperativas Populares, na UFRJ, cujo sucesso, da mesma forma, motivou a ampliação do projeto original e a entrada de novos parceiros, com a criação, em 1997, do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Proninc. Todo essa história é contada no número 10 dos Cadernos da Oficina Social "Construindo Alternativas de Geração de Trabalho e Renda: PRONINC". Não podemos deixar de ressaltar aqui a valiosa participação das incubadoras das Universidades do Ceará e Pernambuco no desenvolvimento do Projeto Algodão.

Um dos grandes papéis do COEP, como já mencionamos, é o de articulador institucional. Dentro de nossa rede de entidades, uniram-se, no Projeto Algodão, CHESF, CNPq, COPPE/

UFRJ, Eletrobrás, Embrapa, Finep, Furnas, Oficina Social, além de outros parceiros igualmente importantes, como o Ministério das Comunicações, que com seu Programa "Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão" (GESAC) disponibilizou a montagem de um Telecentro Comunitário de informática em cada comunidade, prefeituras municipais e outras parcerias locais. Este foi um fator fundamental à execução das ações e à própria existência do Projeto. À semelhança do que buscamos nas comunidades, acreditamos que a cooperação, a solidariedade e a soma de forças em prol de um objetivo comum são ingredientes indispensáveis ao sucesso de qualquer empreitada.

Aos parceiros os nossos agradecimentos. Esperamos que os frutos obtidos em nosso trabalho gerem cada vez mais novas sementes e que elas se disseminem e contribuam para o desenvolvimento de nosso país, ainda tão desigual socialmente. Que as nossas ações possam contribuir de alguma forma com experiências semelhantes executadas por tantos "plantadores" com quem felizmente contamos em nossa terra.

Gleyse Peiter
Secretária Executiva do COEP

SUMÁRIO

Depoimento do Ministro da Ciência e Tecnologia, 9

Página Livre, 11

Apresentação, 17

- 1 **Breve história do algodão no nordeste do Brasil, 19**
 - Introdução, 19
 - O algodão no nordeste, 21
 - A importância do algodão para Campina Grande, Paraíba e o Nordeste, 24
- 2 **Algodão: da idéia ao projeto, 29**
 - A idéia, 29
 - Da idéia ao projeto, 30
 - A metodologia, 30
- 3 **Ampliando a atuação, 35**
 - Algodão: tecnologia e cidadania, 35
 - Juarez Távora - PB, 37
 - Barro – CE, 37
 - Água Branca – AL, 37
 - Bezerros – PE, 37
 - Surubim - PE, 38
 - Cumaru – PE, 38
 - Nova Cruz – RN, 38
 - São José de Piranhas – PB, 38
- 4 **Expansão e intensificação do desenvolvimento comunitário, 39**
 - Polos de desenvolvimento comunitário integrado, 39
 - Linhas de Ação, 39
- 5 **Conhecendo as comunidades:
indicadores socioeconômicos das comunidades do projeto, 47**
 - Considerações gerais, 47
 - Análise comparativa dos resultados de cada indicador selecionado, 48
 - Síntese dos resultados, 56

- 6 **Encontro de agricultores**, 59
Grupos de trabalho e painéis, 63
- 7 **Resultados**, 75
A produção de algodão, 77
- 8 **Depoimentos**, 83
Das comunidades, 83
Cícera Maria Campos da Silva, 83
Damião Gomes da Silva, 184
Edmilson Gomes da Silva, 84
Francisco Manoel Sobrinho, o Bezerra, 84
Francisco Weggles, 86
José Dias, 86
Luiz Rodrigues da Silva, o Betinho, 87
Margarida da Silva Alves, D. Preta, de 36 anos, 88
Paulo Campos, 88
Rizeudo Alves Nascimento, 89
Ronácio Adriano Santos, 89
- De alguns parceiros, 89
CHESF, 89
COEP, 90
COPPE/UFRJ, 91
EMBRAPA, 93
FINEP, 94
- Referências**, 96

Depoimento do Ministro da Ciência e Tecnologia

Algodão, Tecnologia e Cidadania: Projeto Exemplar de Tecnologia Social

Em uma das primeiras audiências que tive com o Governador Arraes quando assumi a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco em 1995, ele me disse o seguinte: eu sei que você vai fazer um bom trabalho com as instituições da Secretaria e vai implantar bons programas nas áreas de tecnologia avançada, informática, biotecnologia e outras mais. Porém seu maior desafio é outro, é fazer com que os pesquisadores das universidades se aproximem da população. Eles são essenciais para fazer com que a tecnologia, mesmo as mais simples, contribuam para a melhoria das condições de vida de nossa gente. O desafio não me surpreendeu, pois sabia do compromisso de Arraes com a luta do povo pelo acesso à condição de cidadania.

Depois de várias discussões com um grupo de colegas das universidades que eu tinha levado para o Governo e consultas com Arraes, criamos o Programa Estadual de Difusão Tecnológica-PEDITEC, que passou a ser executado pelo Instituto Tecnológico de Pernambuco, ITEP. O programa tinha várias linhas de ação, uma delas era o embrião de um projeto de inclusão digital, com base na Rede Pernambuco de Informática, uma infovia criada para cobrir grande parte do estado e possibilitar aos municípios do interior o acesso de alta velocidade à Internet, pois naquela época isto só era possível na Capital. Em outra linha foi implantada uma biofábrica para produzir semente de cana de alta qualidade e melhorar a competitividade dos pequenos produtores da Zona da Mata, assim como uma fábrica para produzir ração animal a partir do bagaço de cana, utilizando tecnologia cubana. O programa também tinha outra linha importante, a capacitação de trabalhadores e pequenos produtores, através de cursos de treinamento e divulgação de tecnologias apropriadas para as diversas regiões do Estado.

Motivado pela experiência do PEDITEC, quando assumi em 2003 a presidência da FINEP, a tradicional agência de fomento a projetos de ciência e tecnologia, convenci a Diretoria a intensificar as ações de apoio ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para a parcela mais carente da população. Para isto criamos na estrutura da FINEP uma Superintendência de Tecnologias Sociais e procuramos identificar projetos voltados para a área. Pouco depois tive a grande satisfação de ser procurado por André Spitz, que foi me apresentar as ações do COEP, em particular o projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania. Logo percebi que o projeto tinha o componente fundamental para o sucesso de uma ação de transformação da condição socioeconômica de uma comunidade, qual seja o fortalecimento da organização comunitária, por meio de suas associações e lideranças, para assegurar a participação efetiva da comunidade.

A escolha da cultura do algodão foi muito importante, pois ela faz parte da história do Nordeste, tendo envolvido na década de 1980 cerca de 2,3 milhões de agricultores. Naquela época o algodão era chamado de ouro branco, tal sua importância para a

população do Nordeste. Evidentemente, como esta cultura quase desapareceu na Região, era necessário um projeto inovador para sua recuperação. Além do fator de mobilização da comunidade, o projeto do COEP contém outro ingrediente essencial, a transferência de tecnologia para os produtores. Para isto são importantes as inovações tecnológicas do Projeto: a nova semente desenvolvida pela Embrapa, mais resistente à seca e com produção precoce, que evita a longa exposição das plantas às pragas; capacitação dos agricultores para o domínio de tecnologias para o controle de pragas; mini-usina para beneficiamento do algodão, que tem o papel de servir de elemento agregador da comunidade de produtores, como também de proporcionar agregação de valor ao produto gerando ganho adicional para as famílias produtoras.

Estas são as principais razões do sucesso do Projeto, atestado por diversos indicadores, como o aumento do número de agricultores envolvidos com a cultura do algodão nos locais do Projeto, que passou de 7 em 2001 para 131 em 2004. Estas são também as razões que fizeram a FINEP adotar o Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania como uma de suas ações prioritárias na área de Tecnologia Social.”

Sergio Machado Rezende

(na época da elaboração da publicação,
presidente da Finep – Financiadora de Estudos e Projetos)

Página Livre

Carta de D. Francisca Lira
(São José de Piranhas - PB)

Caros Amigos
- Apesar de não ter eu o conhecimento de como surgiu esta criatividade de vocês na forma desta tecnologia agrícola, acho que pelo o que tenho conhecimento do interesse de vocês. Tem tudo a ver com um novo despertar, a os agricultores e produtores de algodão, a trazer de volta uma cultura histórica que está ficando para trás. Sutilmente a agricultura vem sofrendo com a perda deste patrimônio por causa da participação de muitas donadoras que colaboram para que a cultura do algodão não se vá para o esquecimento.
Mas graças a esta tecnologia apropriada que diversas equipes atuando vem criando neste últimos anos. Sabemos que o interesse por o algodão, vem se resumir plantar no plano do homem novamente.
- Saber-se que São José. Existia grandes fazendas e produtores de algodão, que se chamam deles existia muitas plantações de algodão na aventura de suas sobrevivências. São José de uma grande safra de algodão existia um grande povo e um grande comércio da bolacha do humilde lavador.
- Diante de tudo isto o maior apoio a o de São José vem desta tecnologia para que haja com brevidade o desenvolvimento desta riqueza que nossa terra. Vamos plantar algodão e industrializar em nossa própria comunidade e ver o futuro andar pra frente.

Caros Amigos,

Apesar de não ter eu, o conhecimento de como surgiu esta criatividade de vocês na forma desta tecnologia agrícola, acho que pelo o que tomei conhecimento do interesse de vocês, tem tudo a ver com um novo despertar aos agricultores e produtores de algodão, a trazer de volta uma cultura histórica que está ficando para tras. Sutilmente a agricultura vem sofrendo com a perda deste patrimônio por causa da perseguição de insetos devoradores que colaborou para que a cultura do algodão fosse de água abaixo.

Mas graças a esta tecnologia agropecuária que diversas equipes interessadas vêm criando nestes últimos anos, sabemos que o interesse por o algodão, vai se replantar no plano do homem novamente. Sabe-se que anos atrás existia grandes fazendeiros e corretores de algodão, que só através deles existiam muitos plantadores de algodão na aventura de suas sobrevivência. Atrás de uma grande safra de algodão existia um grande homem e um grande comprador da colheita do humilde lavrador. Por isso devemos dar o maior apoio ao desenvolvimento desta tecnologia para que haja com brevidade o desempenho desta riqueza em nossa terra. Vamos plantar algodão e industrializar em nossa própria comunidade e ver o futuro andar para frente.

CORDEL:

Autor: Sr. Aluisio de Souza Coelho

Morador de São José de Piranhas – PB

Escrito durante o Encontro de Agricultores do Projeto Algodão em 13/09/2003

Foi filmado como demonstração
PRODUTORES + SENDO EXPERIÊNCIA
NA CULTURA BUSCANDO RESISTÊNCIA
MUITO EM BREVE VIRA A ECLOSAO
POIS O HOMEM DA ROSA LEVA O PAO
DESDE A MESA DO RIO AU DESNUTRIDO
ESTE GENIO POR MUNITOS ESCUCIDOS
SE LEVANTA DO NADA PRA LUTAR
NA FRAQUEZA TEM FORÇA BRIGAR
E DIZER QUE JAMAIS SERAM VENCIDOS

Nº 1

ESTE É O PONTO PE INICIAL
DA CULTURA QUE VAMOS DESGRAVAR
TOUROS JUNTOS NA POUÇA DE SOMPRE
COEP INVERA PA TRABALHADOR BRASAL
VOGOS TECNOS LA NA SONA RURAL
COM OS HOMENS DO CAMPO REUNIDOS
SAO POISEIROS COLONOS DESTEMIDOS
QUE TRABALHAM BUSCANDO IGUALDADE
NA CERTeza QUE COM DIGNIDADE,
TOUROS JUNTOS JAMAIS SERAM VENCIDOS

Nº 2

ESTA GUERRA NAO SE PODE ENFRENTAR
SEM CONTAR COM O PILOTAO DA ROSA
OS GUERREIROS SOFIDOS DE MAOS GRIOÇAS
O VALOR QUE ELE TEM NINGUEM LHE DAR
PORÉM JUNTOS ESCONDIDOS
ESTE OURO ANOS UM BLO PERDIDO
VAMOS RESGATA UM SEZALA CHEGOU
QUE O BICUDO EN SEZALA CHEGOU
NOSA CARTA DE AUFORIA FOI VENCIDO
MESMO VIVO O BICUDO FOI VENCIDO

Nº 3

VIRE A, PB

no 4

NOS FORMAMOS UMA UNANIMIDADE
 QUE IREMOS LUTAR ESTEJA CERTO
 POIS O GRITO PERDIDO NO DISCITO
 HOJE SÔA COM MAIS INTERIÓDAGE
 A INGRAPA O COEPE COM VONTADE
 DE MÃE DADAS COM O HOMEM DESTEMIDO
 OS GIGANTES QUE ESTAVA ADORMECIDOS
 SÔO ERÓIS QUE DO SONO DESPERTOU
 ENGAJADOS COM FORÇA E COM AMOR
 PRA DIZER QUE JAMAIS CERAM VENCIDOS

no 4

SE PUDECE EM LEVAVA NUMA FITA
 ESTES ROSTOS LAU VIVO E ACORES
 E CINAL QUE AINDA TEM TRAGALADOMAS
 QUE ESPERA COMFIA E ACREDITA
 PEDRO ZÉ JOÃO JOAQUIM MARIA E RITA
 QUE DUSHARAM SUAS ATIVIDADES
 SÔ UNAMES E ESTRONDAM DE VONTADE
 DE SUBIR LA NO PODIO COM VITORIA
 E DEIXAR NO MURAL DE NOSA HISTORIA
 QUE ESTE SONHO VIROU REALIDADE
 Dedico a ALINE PESSOSA NA INGRAPA NO
 RIO DE JANEIRO.

MS

Autos Aluisio DE SOUSA

COPYO Campana Saando

13
 09
 2003

*Este é o pontapé inicial
Da cultura que vamos desbravar
Todos juntos na prova de somar
COEP e Embrapa trabalhador braçal
Moços técnicos lá na zona rural
Com os Homens do campo reunidos
São parceiros colonos destemidos
Que trabalham buscando igualdade
Na certeza que com dignidade
Todos juntos jamais serão vencidos*

*Esta guerra não se pode enfrentar
Sem contar com o pelotão da roça
Os guerreiros sofridos de mãos grossas
O valor que ele tem ninguém lhe dá
Porém juntos nós iremos cavar
Este ouro há anos escondido
Vamos resgatar um elo perdido
Que o bicudo em senzala ocultou
Nossa carta de alforria cbeidou
Mesmo vivo o bicudo foi vencido*

*Foi filmado como demonstração
Produtores fazendo experiência
Na cultura buscando resistência
Muito em breve virá a eclosão
Pois o homem da roça leva o pão*

*Desde a mesa do rico ao desnutrido
Este gênio por muitos esquecidos
Se levanta do nada para lutar
Na fraqueza tem força para brigar
E dizer que jamais serão vencidos*

*Nos formamos uma unanimidade
Que iremos lutar esteja certo
Pois o grito perdido no desgrito
Hoje soa com mais intensidade
A Embrapa o COEP com vontade
De mãos dadas com o homem destemido
Os gigantes que estavam adormecidos
São heróis que do sono despertou
Engajados com força e com amor
Para dizer que jamais serão vencidos*

*Se pudesse eu levaria numa fita
Estes rostos ao vivo e a cores
É sinal que ainda tem trabalhadores
Que espera confiar e acredita
Pedro, Zé, João, Joaquim, Maria e Rita
Que deixaram suas atividades
São unânimes e estrondam de vontade
De subir lá no pódio com vitória
E deixar no mural de nossa história
Que este sonho virou realidade*

Apresentação

A produção do algodão constituiu no passado uma importante forma de geração de renda para as famílias de pequenos produtores rurais no semi-árido nordestino, representando a parte da produção rural que os agricultores não têm “pena de vender” como eles próprios dizem. Não é, como o feijão, o arroz e o milho, por exemplo, uma fonte de alimentação além de renda. O dinheiro arrecadado com a venda do algodão servia à melhoria da propriedade, à compra de um “vestido novo para a mulher”, roupas para as crianças, ou como uma reserva de recursos para uma época mais difícil.

Com o surgimento do bicudo, uma praga de grande poder de destruição da lavoura, aliado à liberalização das taxas de importação, o algodão foi sendo gradualmente abandonado pelo agricultor, muitas vezes pela impossibilidade de obter uma produção minimamente satisfatória. A cultura acabou em muitas localidades, perdendo o crédito do produtor como uma cultura viável ou lucrativa, tornando-se às vezes, apenas uma boa lembrança, o velho “Ouro Branco” do Nordeste.

Nesse cenário, o Projeto Algodão, Tecnologia e Cidadania veio a criar condições para que, através do uso de tecnologias adequadas, o pequeno produtor voltasse a acreditar nessa cultura e gerar renda através dela. Manejando adequadamente a lavoura pode-se conviver com o bicudo e havendo a possibilidade de beneficiar o produto, agrega-se valor à produção.

Sem dúvida, no âmbito de um projeto como esse, há que se levar em consideração aspectos ligados à organização comunitária e à organização da produção, pontos desde o início trabalhados junto às comunidades e que começam a dar bons frutos. Como resultado de várias articulações, o projeto acabou por ultrapassar as fronteiras definidas inicialmente e, além dos resultados em geração de trabalho e renda, associações de moradores foram reativadas, as comunidades contam atualmente com telecentros de informática com acesso à internet, uma das comunidades que não possuía energia elétrica hoje tem 100% das residências eletrificadas. São estes, entre

O dinheiro arrecadado com a venda do algodão servia à melhoria da propriedade, à compra de um “vestido novo para a mulher”, roupas para as crianças, ou como uma reserva de recursos para uma época mais difícil.

outros, exemplos de resultados obtidos pelo projeto além de seu escopo inicial.

A seguir, será apresentada um pouco da trajetória do Projeto Algodão, Tecnologia e Cidadania, dados sobre as comunidades beneficiadas e a própria história do algodão no Nordeste.

Entre os textos contidos, estão: Os “Fragmentos históricos do Algodão no Nordeste”, um histórico sobre o nascimento do projeto, a comparação de dados socioeconômicos das comunidades com os valores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2001 e um panorama geral dos resultados obtidos e andamento do projeto, além de depoimentos dos próprios agricultores beneficiados.

A reintrodução da cultura do algodão no semi-árido do Brasil através do fortalecimento da agricultura familiar: um resultado prático da atuação do COEP

Marcos Carmona*

Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão**

José Mendes de Araújo***

Francisco Pereira Cordão Sobrinho****

Alfonso Arias*****

1 Breve história do algodão no nordeste do Brasil

Introdução

A cultura do algodão e sua cadeia constituíram, e ainda constituem, uma das principais atividades da região Nordeste, que apresentou um extraordinário crescimento e desenvolvimento nos séculos 19 e 20, principalmente, a partir desta atividade agrícola. Foi a grande fonte de ocupação e renda do Nordeste, que e já chegou a ter mais de 3,2 milhões de hectares plantados com esta cultura, representando mais de 10% da área cultivada com esta malvácea no mundo – que desde 1950 gira em torno de 33 milhões de hectares.



* Engenheiro Agrônomo.

** Eng° Agr°, D.Sc, Pesquisador III da Embrapa Algodão, Rua Osvaldo Cruz,1143, Centenário, 58107-720, Campina Grande, PB, e.mail: nbeltrao@cnpa.embrapa.br

*** Eng° Agr°, M.Sc, Pesquisador da Embrapa Algodão, e.mail: mendes@cnpa.embrapa.br

**** Eng° Agr° Pós Graduado em Engenharia Agrícola (Bolsista do CNPq), Universidade Federal de Campina Grande, e.mail: cordaosobrinho@bol.com.br

***** Economista, especialista em Pesquisa Social pela Universidade de Michigan, e.mail: sanac126@terra.com.br

O Nordeste com seu clima semi-árido, apesar da pouca precipitação pluvial e de sua precária distribuição, teve no algodão, uma das principais culturas, devido à capacidade que esta planta tem de resistir à seca e produzir com pouca água uma das melhores fibras do mundo, em termos de qualidade intrínseca.

O Nordeste com seu clima semi-árido, apesar da pouca precipitação pluvial e de sua precária distribuição, teve no algodão, uma das principais culturas, devido à capacidade que esta planta tem de resistir à seca e produzir com pouca água uma das melhores fibras do mundo, em termos de qualidade intrínseca. Destacamos a cidade de Campina Grande, Paraíba, que teve seu crescimento e desenvolvimento com base na cotonicultura, sendo inclusive, no início do século 20, o segundo empório cotonícola do mundo, somente perdendo em movimentação de compra e venda de algodão em caroço e em pluma para Liverpool, na Inglaterra.

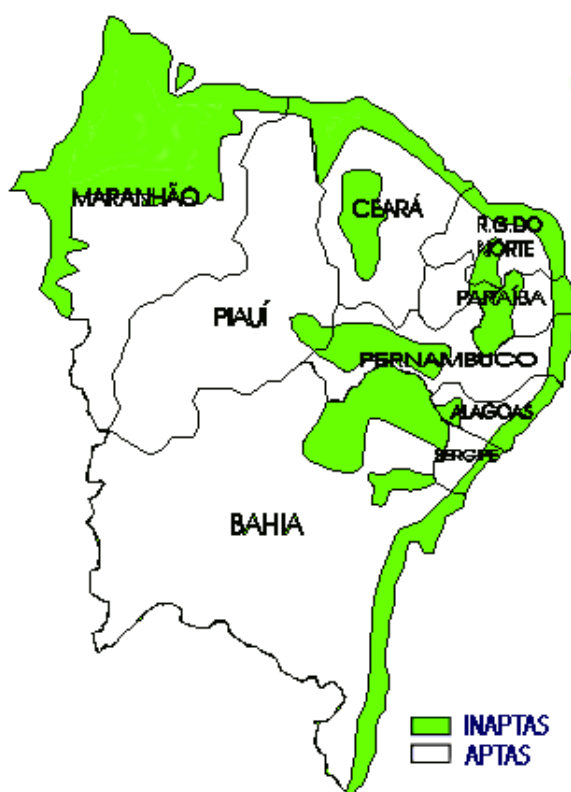
Apesar do parco conhecimento da pré-história do algodão no Brasil, sabe-se que na ocasião da chegada dos portugueses os índios já conheciam o algodão, o fiavam e faziam tecidos. Para Neves e Junqueira (1965) o algodão no Brasil teve várias fases: a) as primeiras explorações nos estados da Bahia e do Ceará, no início do século XVI; b) a fase de subsistência, que teve início no século XVII, quando o incremento do cultivo da cana-de-açúcar na região litorânea impeliu a pecuária através dos sertões nordestinos, atingindo o estado do Maranhão e de Minas Gerais, acompanhado pelo algodão, pois além da produção de fibra, seu principal produto, o algodão alimentava o gado com suas sementes, ramos e folhas, muito ricas em proteínas de elevado valor biológico, sendo o algodão durante os séculos XVII e XVIII cultivado em pequenas roças e em todos Estados da Federação; c) A fase de exportação do algodão, a partir da revolução industrial iniciada nos meados do século XVIII, que teve como mola mestra e propulsora o algodão, com a invenção do descaroador de serras, em especial no estado do Maranhão que chegou a exportar, em 1830, mais de 78.000 sacas de algodão para a Europa, sendo a cidade de Caxias o epicentro do algodão no Brasil.

Partindo do Maranhão a cultura do algodão se expandiu para Pernambuco e demais estados do Nordeste, a princípio pelo litoral e depois alcançando o sertão, seguindo o trinômio algodão+boi+culturas alimentares, que perdurou até a década de oitenta do século passado, quando o algodão perene ou mocó foi extinto, não sendo mais plantado nos dias atuais. O algodão é um produto que desde a época da colonização até os nossos dias tem desfrutado de uma história extremamente rica no Brasil. Em sua longa trajetória participou, praticamente, de todos os grandes momentos da

vida econômica brasileira. Na década de 30, por exemplo, foi neste produto que o estado de São Paulo encontrou a saída para a crise emergente com a derrocada do café, ocasionada pela queda de preços da rubiácea no mercado internacional.

O algodão no nordeste

O algodão no Brasil é cultivado em 18 unidades da federação e constitui uma atividade de grande importância socioeconômica para a Região Nordeste, seja na oferta de matéria-prima para a indústria têxtil e oleaginosa, seja na geração de empregos e renda, onde a cultura é explorada por pequenos e médios agricultores, maioria na região, apresentando baixo nível de produtividade.



Mapa 1: Zoneamento para a cultura do algodão herbáceo no Nordeste
Fonte: EMBRAPA ALGODÃO. Disponível em: <<http://algodao.cnpa.embrapa.br/>>.
Acesso em: 18 jul. 2005.

A produção de algodão é uma atividade mais do que secular, altamente importante para a agricultura familiar, onde associado com o milho, o feijão e a pecuária permitiu a ocupação de uma vasta área semi-árida, sendo o algodão a principal opção fitotécnica, pela sua resistência à seca. Dessa forma, uma atividade complementava a outra, principalmente pela utilização das sementes do algodão para a extração do óleo e fabricação da torta utilizada na suplementação alimentar dos rebanhos criados extensivamente na caatinga.

Historicamente, no Nordeste, o algodão chegou a ser comparado com o ouro branco, pela riqueza que gerava na região. Na década de 1960-1971, chegou a ter uma representatividade acima de 40% da produção nacional. No ano de 1971, ocupava uma área de 3 milhões e 127 mil hectares, o equivalente a 27,8% da área total ocupada com lavouras na região. A partir de 1980 iniciava-se uma retração da cultura chegando a ocupar uma área de 2,9 milhões de hectares, correspondendo a 23% do total da área cultivada na região. O Nordeste brasileiro, com 75% de sua área considerada árida, caracteriza condição de risco às atividades agrícolas de explorações econômicas que dependem das precipitações pluviáias. A irregularidade das chuvas ocorrida no período 1979-1983, e mais tarde com a abertura da economia às importações, desencadeou uma grande vulnerabilidade dos pequenos agricultores nordestinos, que cultivavam o algodão em função dos preços relativos praticados no mercado internacional, face aos longos prazos de pagamento e a redução das alíquotas de exportação, e, conseqüentemente a indústria têxtil passou a ter preferência pela importação de pluma, em detrimento do produto nacional.

Historicamente, no Nordeste, o algodão chegou a ser comparado com o ouro branco, pela riqueza que gerava na região.



Capulo de algodão
Fonte: O autor



Campo de algodão
Fonte: O autor

Associado a esses fatores veio o estabelecimento definitivo do bicudo (*Anthonomus grandis* Boheman) como praga do algodoeiro, contribuindo para que o cultivo dessa malvacea fosse sendo drasticamente reduzido com reflexo na migração de milhares de trabalhadores e suas famílias para as periferias dos grandes centros urbanos. Desta forma, a região passou de uma grande produtora, com produção superior a 220.000 toneladas de pluma, para grande importadora. O parque têxtil do estado do Ceará, segundo pólo de consumo de algodão do Brasil, consome em média 170.000 toneladas de pluma por ano. Na safra de 1998, por exemplo, consumiu mais de 150.000 toneladas de pluma das quais 90% foram importadas.

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, na safra 97/98 o Nordeste plantou 183.029 hectares com algodão obtendo uma produção de aproximadamente 20.000 toneladas de pluma, isto é, inferior a 7% do consumo industrial registrando-se aí o desaparecimento de milhares de empregos. Na década de 90, houve a ocorrência do fenômeno *El Nino* que em muito contribuiu para a redução no volume de produção (Gráfico 1), uma vez que diante de situações assim, os agricultores sem produção e descapitalizados não conseguem saldar suas dívidas junto aos agentes financeiros. Um dos principais problemas dos estados produtores do Nordeste é o da comercialização, além do emprego de um sistema de cultivo rudimentar, produção e distribuição de sementes comprometendo a qualidade do produto colhido.

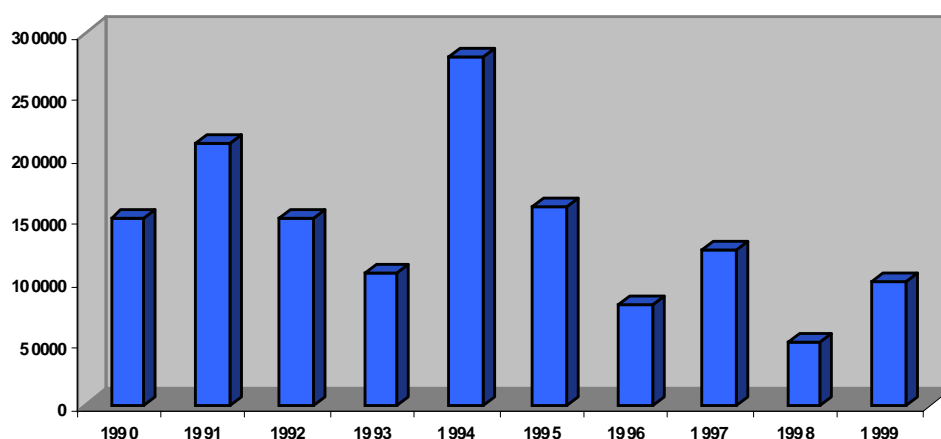


Gráfico 1: Comportamento da produção de algodão na região Nordeste durante os anos de 1990 a 1999. Fonte: IBGE (2002).

A importância do algodão para Campina Grande, Paraíba e o Nordeste

A cidade de Campina Grande, hoje conhecida como a maior do interior da região Nordeste, teve seu crescimento e desenvolvimento apoiados e diretamente ligados a comercialização do algodão, fibra produzida pela malvacea *Gossypium hirsutum* ssp., que ainda hoje é responsável pela vestidura de mais de 45% da humanidade, apesar do grande desenvolvimento das fibras sintéticas e artificiais, derivadas do petróleo e outros produtos, como a celulose, oriunda do linter do próprio algodão.

Pelo menos cinco fatores colaboraram para tornar Campina Grande o grande empório cotonícola do mundo ocidental, nas três primeiras décadas do século atual: 1) a chegada da ferrovia em 1907, fruto de um trabalho de base feito pelo governo provincial, onde Cristiano Lauritzen, dinamarquês, prefeito de Campina Grande, foi ao Rio de Janeiro em 1890 para solicitar do Governo Federal a ida da linha de terra para a Rainha da Borborema; 2) a posição estratégica ocupada por Campina Grande que polarizava as regiões do Agreste, Cariri, Brejo e sertão do estado da Paraíba e dos demais estados vizinhos; 3) as condições favoráveis das regiões vizinhas de Campina Grande para a produção de algodão; 4) a instalação de dezenas de máquinas de beneficiar algodão por grupos locais, que atraía o produto para ser beneficiado e levado para Recife, para exportação; e, 5) a “feira” da cidade, que facilitava o retorno dos animais que traziam o algodão, levando gêneros alimentícios para todas as regiões polarizadas por Campina Grande, e depois, também, pelos caminhões, no final da década de 20 a meados da década de 30, quando começou a queda da economia algodoeira de Campina Grande.

Outro fator, de natureza externa, que influenciou o desenvolvimento cotonícola de Campina Grande foi a expansão da Indústria Têxtil inglesa após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), pois os Estados Unidos da América do Norte tornaram-se o grande produtor e fornecedor de algodão para o mundo e a Inglaterra procurou no Brasil, em especial no Nordeste, o local para “alimentar” de algodão o seu grande parque industrial, sem depender dos norte-americanos. Deste modo, em pouco tempo, Campina Grande tornou-se o grande centro de comercialização do algodão e a Paraíba o maior produtor de algodão do Brasil.

O algodão, no início do século passado, foi para Campina Grande o epicentro do crescimento da cidade, atraindo comerciantes de todas as regiões da Paraíba e do Nordeste. Crescimento este ainda mais notável, a partir de 1910, depois que o caminhão substituiu o burro (este, carregava 120Kg de algodão em caroço, enquanto aquele carregava 2000Kg, além de ser mais veloz). No retorno para a cidade, os caminhões levavam feragens, tecidos, medicamentos, rapaduras, etc., para toda a Paraíba e estados vizinhos. Foi o algodão que permitiu, gerando riquezas, que Campina Grande passasse de 20 mil habitantes em 1907 para 130.000 no final da década de 30, um crescimento de 650% em apenas 32 anos. Também através do algodão, a partir dos anos 20, foram possíveis investimentos fixos e duradouros na cidade, como armazéns, usinas de beneficiamento e o comércio em geral, impelindo os poderes públicos a melhorarem a infra-estrutura da cidade. Os beneficiadores e comerciantes de algodão investiam os lucros obtidos não somente no algodão mas também em outras atividades, como comércio de peles.

Até 1931, a Paraíba foi o maior produtor de algodão do Brasil, com uma produção de 23 milhões de quilos de algodão em caroço. Com a grande crise do café em São Paulo, este fez opção pelo algodão, e já em 1933, produzia 105 milhões de quilos, contra 3,9 milhões em 1929. Com a produção crescente, São Paulo passou a ser o grande produtor e comercializador do algodão no Brasil. Por outro lado, a inexistência de um Porto na Paraíba para grandes navios, problemas de baixo preço do algodão em relação a São Paulo e o ingresso de empresas estrangeiras no mercado de algodão, aceleraram a decadência de Campina Grande, fazendo ela retornar a taxas de crescimento ditas “normais”, para as cidades brasileiras de seu porte, em especial do interior do Nordeste.

Podemos dizer, sem receio de errar, que a base do crescimento e desenvolvimento de Campina Grande foi o algodão, que também a tornou conhecida a nível mundial como a “Liverpool” brasileira, o segundo pólo de comércio de algodão do planeta, nos anos 20 e 30. Caso a Paraíba, na época, tivesse um porto, pelo menos do tamanho do de Recife, a história poderia ser diferente, Campina Grande não teria sido a segunda, e sim a primeira no comércio do algodão do mundo e, sem dúvida, seria a maior cidade do Nordeste na atualidade.

Até 1931, a Paraíba foi o maior produtor de algodão do Brasil, com uma produção de 23 milhões de quilos de algodão em caroço.

É preciso salientar que no semi-árido nordestino, em especial nas regiões de Seridó e Sertões, mais secas, o algodão não é opção de cultivo, e sim, a única cultura capaz de propiciar geração e distribuição de renda[...]

A região Nordeste e o Brasil, como um todo, já foi um dos grandes produtores e exportadores de algodão, chegando a posição de 5º produtor mundial, nas décadas de 1960 e 1970, e de 5º exportador de pluma, chegando a colocar no mercado internacional mais de 420.000t do produto, como no ano de 1969. Neste período o nosso país, em especial a região Nordeste, que vivia e respirava algodão, o chamado “Ouro Branco”, tinha mais de 12% da área plantada com esta malvacea no mundo - mais de 3,6 milhões de hectares - e quase metade da população direta e indiretamente vivia do algodão e seus subprodutos.

Seu principal produto, a fibra, é constituída de mais de 95% de celulose, polímero de glicose, açúcar simples, fonte primária da respiração celular, que nada mais é do que a cristalização da energia solar, tornada possível via participação da água, nutrientes minerais do solo, CO₂ da atmosfera e a clorofila, pigmento porfirínico responsável pela transformação fundamental da vida no nosso planeta: a assimilação clorofiliana.

Não somente no semi-árido nordestino, mas também nas outras regiões produtoras, a cotonicultura é a atividade agrícola de menor risco, devido à elevadíssima resistência a seca desta planta têxtil, produtora de óleo (oleaginosas) e também de proteínas, contidas nas sementes, de elevado valor biológico. A cultura do algodão, dependendo do regime de exploração, se de sequeiro ou irrigada, solteira ou consorciada, pode empregar de 0,3 a 2,0 empregados por hectare, com um custo operacional variando de R\$1.500,00 a R\$4.500,00 em comparação com cerca de R\$60.000,00, em média de um emprego industrial. É preciso salientar que no semi-árido nordestino, em especial nas regiões de Seridó e Sertões, mais secas, o algodão não é a única opção de cultivo, e sim, a principal cultura capaz de propiciar geração e distribuição de renda, em um cenário mundial onde o desemprego é um dos maiores problemas, mesmo nos países de primeiro mundo como é o caso dos EUA e países europeus onde 50 milhões de pessoas na faixa economicamente ativa e com profissão definida estão sem trabalho.

Ressaltamos também que o Brasil com seus 850.000.000 ha, dos quais mais de 400.000.000ha são agricultáveis e com a maior reserva de água doce do planeta - mais de 35% (há trechos nos rios da Amazônia brasileira

onde a profundidade atinge mais de 1000m) e com uma população humana ainda pequena (mais de 185.000.000 de habitantes) é um dos poucos países que podem produzir alimentos e fibras (em especial do algodão) sem competição, e onde ainda seria possível produzir para alimentar boa parte do mundo e confeccionar a vestidura de milhões de pessoas com a fibra pura e renovável do algodão, fora do nosso território, além, logicamente, de nós, o povo brasileiro.

Hoje, no mundo, em cerca de 171 países produtores e exportadores de fibra, fios, tecidos, malhas e confecções, tanto de algodão (quase metade total) como de outras fibras naturais, artificiais e sintéticas, cerca de 194 bilhões de dólares por ano são gerados, sendo o maior mercado globalizado do mundo e número de parceiros em volume de transações, inclusive bem superior ao de petróleo, por exemplo. Somente a China vende ao mundo cerca de 28,0 bilhões de dólares por ano de produtos têxteis, a Itália cerca de 23,0 bilhões de dólares e a Alemanha 18,0 bilhões, sem produzir, estes dois últimos a matéria-prima “algodão”, dependendo do fornecimento externo, como é o caso, também, do Japão e da França, que em 1994, exportou cerca de 10,9 bilhões de dólares em produtos têxteis para o mundo.

Há, atualmente, quatro grandes problemas em nível mundial: a fome, a degradação do ambiente, o exagerado crescimento populacional e a escassez de vestimentas. A cada dia nasce, em termos de habitantes humanos na face da Terra, uma Campina Grande, ou seja, cerca de 300.000 pessoas, cada uma com necessidades básicas de energia e substâncias plásticas (pelo menos 2400 Kcal/dia e 60 g de proteínas), uso de 1400 Kwatt de energia e produz, média de 4,00 Kg de lixo. A cada dia, nos países mais populosos, como é o caso da China, que com seu 1,2 bilhão de pessoas consome, somente trigo, mais de 100.000.000 t/ano e mais de 4.500.000 t de pluma de algodão, a degradação do ambiente é incrementada. De acordo com dados recentes publicados pelas Universidades da Flórida e CORNELL (USA), *GLOBAL RESEARCH ON THE ENVIRONMENTAL AND AGRICULTURAL NEXUS FOR THE 21 ST CENTURY*, 1995, em 1992 (hoje a situação é pior mesmo considerando o desenvolvimento científico), a China tinha somente 0,08ha (800,00 m²) de terra agricultável por habitante e o Egito menos, cerca de 0,04ha/habitante, ou seja, 400m²,

Há, atualmente, quatro grandes problemas em nível mundial: a fome, a degradação do ambiente, o exagerado crescimento populacional e à escassez de vestimentas.

menor que um terreno urbano, tamanho “normal”. Segundo o Relatório retromencionado, que merece toda a credibilidade possível, já temos no nosso planeta -macrossistema finito e frágil - cerca de 2,0 bilhões de hectares degradados (é preciso dizer que somente 11,0% da superfície da Terra, não inundada, é agricultável, dentro dos limites de normalidade), e que cerca de 6 milhões de hectares aráveis são perdidos por ano, devido a diversas causas. Trata-se de problema de grande dimensão, pois comida e roupa não são produzidas em Supermercados e Magazines e outras lojas, mas sim no campo via fotossíntese, direta ou indiretamente, dependendo do produto em consideração.

Outro aspecto que merece atenção, é o enorme crescimento global da salinização dos solos, chegando, na atualidade, a 13,0% das áreas irrigadas no mundo, representando mais de 300.000.000ha, pouco mais de 15,0% do total cultivado no planeta, porém, alimentam e vestem mais de 50,0% da humanidade. É importante que seja colocado que nos dias atuais nos países que possuem as maiores áreas irrigadas, o problema de salinização é extremamente elevado, país cerca de 28,0% das áreas irrigadas nos EUA estão com problemas de sais em excesso, cerca de 23,0% na China, 21% no Paquistão, 11,0% na Índia e 10,0% no México.

No contexto atual e realista com base em uma infinidade de dados e números, o fenômeno da globalização da economia tem influenciado fortemente o comércio e as indústrias a nível mundial, fazendo com que o país que pretender ter uma indústria têxtil forte e competitiva com consequência, terá que considerar pelo menos dois fatores importantíssimos: produção da matéria-prima e custo de mão-de-obra. Afora isto, terá que ter: custo de produção baixo ao longo da cadeia (o nosso é um dos menores do mundo), condições favoráveis de produção (temos uma das melhores, considerando as nossas condições de clima e solo), conhecimento da cultura (temos mais de 100 anos de experiência com o cultivo do algodão) e capacidade de trabalho (acreditamos que temos). O que falta?

2 Algodão: da idéia ao projeto

A idéia

Em 1998 uma seca devastava o Nordeste. A TV exibia as cenas de miséria, por demais conhecidas. No mês de março, o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP organizava uma reunião em Xingó - AL, justamente para articular atividades com as instituições governamentais regionais, a fim de se construir um plano de ações emergenciais e estruturais para se combater os efeitos sociais da seca na região. Uma das discussões foi em torno da questão: O que o COEP poderia fazer em prol dos nordestinos atingidos pela seca? Sobre o tema, duas possibilidades surgiram: a primeira seria trabalhar pela garantia de água para as pessoas, animais e plantas; e a segunda, encontrar a possibilidade de produção agrícola para a geração de renda para as famílias, sobretudo na zona rural, pois são os agricultores os que mais sofrem os efeitos de secas prolongadas - da terra retiram-se os alimentos, tanto para consumo humano quanto animal e produtos para comercialização. Mas, qual seria o produto mais viável?

O problema maior do semi-árido não é a seca, mas a pobreza.

Entre as alternativas possíveis, o algodão era uma das poucas que apresentavam viabilidade agrícola e econômica para o semi-árido; um produto tradicional em decadência, gerador de emprego e renda. Surge então, a idéia de se negociar um projeto nessa linha de atuação, onde não se combateria a seca, mas se conviveria com a situação agroclimática adversa, procurando vantagens socioeconômicas e produtivas e, ainda, não iniciar a ação com a água, mas com o produto gerador de renda, no caso, o algodão. O problema maior do semi-árido não é a seca, mas a pobreza. A renda aumenta a auto-estima do indivíduo o que contribui para que saia da pobreza, por isso um projeto relacionado à produção agrícola foi escolhido.

Alguns meses depois, em uma outra reunião dessa vez a do Conselho Deliberativo do COEP, o Presidente da Embrapa, Alberto Portugal, durante discussão sobre o plano anual de trabalho, sugeriu também que se trabalhasse com algodão no sertão nordestino, pois havia novas tecnologias

para se retomar a cultura produtiva com convivência com o “bicudo” e condições agroclimáticas adversas, bem como a existência de forte demanda do mercado por matéria-prima de qualidade. Notava-se uma alternativa especial e oportunidade para um projeto de inclusão social, em agricultura familiar. O Nordeste detém cerca de 50% dos agricultores familiares do país, grande parte em estado de pobreza.

Da idéia ao projeto

O COEP, em contatos com a Embrapa Algodão de Campina Grande-PB, discutiu as novas tecnologias, novos sistemas de produção e a necessidade de implantar inicialmente um projeto piloto.

O COEP, em contatos com a Embrapa Algodão de Campina Grande-PB, discutiu as novas tecnologias, novos sistemas de produção e a necessidade de implantar inicialmente um projeto piloto. A comunidade de Quirino, em Juarez Távora – PB, com um assentamento de reforma agrária, foi sugerida para o início da ação. Em uma reunião com membros da comunidade, o prefeito local, sindicato rural, associação dos produtores, o padre da comunidade e parceiros do projeto discutiram-se as necessidades da comunidade, a pendência jurídica da terra (ainda sub-júdice), o interesse dos agricultores pelo algodão e os compromissos e responsabilidades possíveis e desejados em um projeto de desenvolvimento local, das partes envolvidas.

As parcerias foram articuladas e um projeto-piloto elaborado. A ação serviria futuramente, como referência para as outras comunidades da região. Depois de tudo montado e as atividades de campo iniciadas, surge um empecilho: a terra dos agricultores foi retomada pelo antigo latifundiário. Perante essa situação, a solução encontrada foi a transferência do projeto para o assentamento Margarida Maria Alves, vizinho ao de Quirino, ainda no mesmo município e nas mesmas condições.

A metodologia

O princípio básico norteador das atividades para o desenvolvimento local foi o de trabalhar os componentes de forma individual e, ao longo do tempo, agregar demais fatores, concentrando as ações em cinco pontos

principais: desenvolvimento de um produto gerador de renda (no caso, o algodão); garantia de alimento; garantia de água potável; assistência técnica; e, gestão.

O projeto-piloto foi estruturado com os seguintes componentes: treinamento dos agricultores para cultivo do algodão sob novas tecnologias com cultivares resistentes ao bicudo, convivência com a seca, alta produtividade com utilização da curva de nível, descaroçamento, limpeza e prensagem do algodão na própria comunidade



Agricultores colhendo algodão
Fonte: COEP



Campo de algodão em consórcio com milho
Fonte: COEP



Galpão de Quixabeira em construção
Fonte: COEP



Galpão de Lagoa de Dentro em construção
Fonte: COEP

A experiência piloto teve início com a introdução de um novo tipo de semente de algodão, (CNPA 7H) pouco exigente em água, e capacitação maciça dos trabalhadores em novas tecnologias apropriadas aos produtores do semi-árido nordestino, tais como preparação do solo, escolha da semente adequada, controle do bicudo, descaroçamento, prensagem e enfardamento. Essa estratégia permitiu o aumento da produção, com melhoria da qualidade da fibra e maior rendimento econômico da cultura.

O grande diferencial do projeto foi a implantação, na própria comunidade, de uma mini-usina para o beneficiamento do algodão, permitindo que a produção fosse integrada à indústria. Assim, os pequenos agricultores, que antes vendiam o produto em forma bruta, puderam passar a entregá-lo em pluma diretamente à indústria, aumentando seu rendimento e reterdo a semente para plantio da safra seguinte, ou mais freqüentemente, para alimentação animal. Nas condições da agricultura familiar, a utilização de sementes da primeira geração ainda é viável.



Preparação para instalação de mini-usina
Fonte: COEP



Instalação de mini-usina na comunidade de FURNAS em Surubim-PE
Fonte: COEP



Mini-usina
Fonte: COEP

A avaliação de resultados e a análise econômica realizadas na época estimularam os agricultores a ampliarem o negócio e reivindicar outros componentes, tais como, serviços de água, telefone, produtos alimentícios, estradas etc.

3 Ampliando a atuação

Algodão: tecnologia e cidadania

Os resultados do projeto-piloto deram um impulso para a transformação da realidade do Assentamento Margarida Maria Alves, com sensível aumento da qualidade da produção local, um produto final com maior valor agregado e a obtenção de preços mais vantajosos na comercialização da fibra. Os beneficiários passaram a usufruir de melhores condições de vida devido à instalação de energia elétrica, necessária para o funcionamento das mini-usinas, e ao surgimento de uma atividade econômica decorrente da implantação de teares e do treinamento dos moradores em técnicas de tecelagem. Melhor organizados, os agricultores conseguiram fortalecer sua associação comunitária e a auto-estima dos moradores aumentou.

Estimulado com os primeiros resultados e fiel à sua estratégia de transformar experiências de geração de trabalho e renda em pólos de desenvolvimento, o COEP utilizou a tecnologia de ação social gerada em Juarez Távora para engajar novos parceiros e replicar a experiência em outras localidades, criando assim o Projeto “Algodão: Tecnologia e Cidadania”. Nesta ampliação do projeto, uma nova fase da cadeia seria também incluída com a implantação de teares elétricos para a produção de mantas, redes e outros produtos, oferecendo dessa forma mais uma alternativa de geração de renda viável para as épocas de entressafra.

Melhor organizados, os agricultores conseguiram fortalecer sua associação comunitária e a auto-estima dos moradores aumentou.



Algodão estocado
Fonte: COEP



Beneficiamento de algodão em Juarez Távora-PB
Fonte: COEP



Prensa enfardadeira
Fonte: COEP



Mini-usina em operação
Fonte: COEP



Fardos de algodão
Fonte: COEP

Articulados pelo COEP e com o apoio da Oficina Social, a Embrapa, Finep, Chesf, CNPq, Coppe/UFRJ, além de prefeituras municipais e das Associações de Produtores, criaram condições para a ampliação do projeto para novos municípios do semi-árido nordestino.

Foram escolhidas comunidades nos seguintes municípios:

Juarez Távora - PB

Comunidade Margarida Maria Alves

Localizado a 75 Km da capital, João Pessoa, o município tem população de 15 mil habitantes, dos quais 70% estão concentrados na área rural, e uma economia baseada na agricultura, com ênfase no cultivo do algodão.

Barro – CE

Comunidade de Engenho Velho

Distante 463 Km de Fortaleza, o município localiza-se no Cariri Cearense, região sul do estado, e tem população de aproximadamente 20 mil habitantes, dos quais 46% estão na zona rural.

Água Branca – AL

Comunidade de Quixabeira

Situado no sertão alagoano, a 303 km da capital Maceió, este município tem uma economia baseada fundamentalmente na produção agrícola e 76% dos seus 18,6 mil habitantes vivem na zona rural

Bezerros – PE

Comunidade de Boi Torto

Localizado no Vale do Ipojuca, no agreste pernambucano, Bezerros está distante 107 Km da capital Recife e tem população de aproximadamente 57 mil pessoas. O município é conhecido pela riqueza em artesanatos

Identificadas dificuldades quanto a características edafo-climáticas, embora o município conste do zoneamento para o cultivo do algodão, as capacitações para o cultivo e a implantação da mini-usina de processamento

e tear foram transferidas para Surubim e Cumaru, também em Pernambuco. Apesar disso, a comunidade se manteve no projeto com atividades alternativas como o cultivo de áreas de forragem, e a instalação de telecentros de informática com conexão via satélite à internet.

Surubim - PE

Comunidade de Furnas

Surubim está localizada na região agreste, microrregião do Alto Capibaribe, a 124 Km de Recife, sendo sua população composta por cerca de 50 mil habitantes (IBGE, censo 2000), com cerca de 34% vivendo na zona rural. As atividades relacionadas ao cultivo e processamento do algodão com a mini-usina foram transferidas de Bezerros para esta localidade.

Cumaru – PE

Comunidade de Pilões

Está localizada na mesoregião do Agreste, Microrregião do Médio Capibaribe a 110 Km de Recife. Sua população, segundo o censo 2000 é de 27.489 pessoas, estando 75% deste contingente na zona rural do município



Mapa 2: Municípios participantes do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania
Fonte: COEP

Nova Cruz – RN

Comunidade do Assentamento de Reforma Agrária José Rodrigues Sobrinho

Distante cerca de 94 km da capital do estado, Natal, o município tem pouco mais de um terço (36 %) de sua população de 33 mil habitantes vivendo na zona rural

São José de Piranhas – PB

Comunidade de Lagoa de Dentro e Pebas dos Lira

Situado na margem direita do Rio Piranhas, o município possui cerca de 18 mil habitantes, dos quais cerca de 55% vivem na zona rural. São beneficiadas duas comunidades: Pebas dos Lira e Lagoa de Dentro

4 Expansão e intensificação do desenvolvimento comunitário

Pólos de desenvolvimento comunitário integrado

Para que as famílias da zona rural nordestina tenham um mínimo de sustentabilidade econômica e social, e assim uma sobrevivência digna, é necessária a atuação, em curto prazo, em algumas linhas básicas: o desenvolvimento de uma produção geradora de renda; o aumento da disponibilidade de água potável; a produção de alimentos para consumo doméstico; a capacitação em gestão organizacional e associativa das famílias envolvidas com a atividade agrícola, a inclusão digital e o acesso a vias de comunicação e informação. Uma terceira fase do trabalho envolve essas ações em um novo desdobramento do Projeto Algodão, visando melhorar globalmente a qualidade de vida das famílias.

Por meio do Projeto Pólos de Desenvolvimento Comunitário Integrado, um desdobramento do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania, integram-se outras linhas de ação, descritas nos próximos parágrafos. Esta nova fase possui, além das entidades iniciais: Embrapa, Chesf, CNPq, Coppe/UFRJ, Finep e Oficina Social, também a parceria da Eletrobrás, Furnas e do Programa GESAC do Ministério das Comunicações.

A idéia foi mobilizar o agricultor para que ele, através de sua capacidade produtiva, gerasse sua própria renda e melhorasse suas condições de vida.

Linhas de ação

Renda

Inicialmente, conforme a metodologia proposta para o Projeto Algodão, os trabalhos ficaram direcionados para a produção e beneficiamento do algodão. A idéia foi mobilizar o agricultor para que ele, através de sua capacidade produtiva, gerasse sua própria renda e melhorasse suas condições de vida. Os resultados foram positivos e a satisfação desses produtores ao receberem o dinheiro da venda do algodão, feita coletivamente, ajuda a confirmar essa assertiva.

Implantar as novas linhas de ação não significa finalizar o trabalho quanto à interface geração de renda; esta segue em sua operação e manutenção

sendo, na verdade, complementada pelas demais. Espera-se inclusive, que surjam outros pontos para agregação de renda, como por exemplo, com a possível venda de excedentes da produção animal, prevista na interface Segurança Alimentar e Nutricional.

Água

A água é uma necessidade biológica de todos os seres vivos. Não é necessária qualquer justificativa para sua urgência. No semi-árido nordestino, além de escassa, é de baixa qualidade. A de captação do subsolo, em toda área de formação cristalina, é normalmente salobra e a armazenada em pequenos açudes ou barreiros é poluída por dejetos humanos e animais. Ambas são prejudiciais à saúde humana e animal, sendo as crianças as mais prejudicadas pois, segundo dados do Unicef brasileiro, transformam-se em vetor de contaminantes e são a causa principal de doenças e mortes para 50% delas, na região.



Construção de barragem subterrânea
Fonte: COEP

Atualmente, as principais fontes supridoras de água potável são: poços amazons, poços semi-artesianos, cisternas, barreiras e alguns poucos rios perenes.

O projeto pretende trabalhar a questão, aproveitando a disponibilidade dos recursos locais. Um grupo será atendido com captação de água das chuvas, com utilização de cisternas; para as águas de barreiros será feita orientação de tratamento. Mais de 120 cisternas estão planejadas para construção, complementação ou reforma, podendo ser construídas outras, a depender da necessidade das famílias, possibilidades técnicas e financeiras.

Os agricultores serão treinados para a confecção dessas cisternas. Inicialmente será construída uma unidade demonstrativa em cada comunidade para que seja posteriormente replicada nas residências dos participantes.

Alimento

O Nordeste, que abriga cerca de 50% dos rurícolas brasileiros (IBGE – 2000) passa pelo problema da fome, sistematicamente nos períodos de secas cíclicas.

O Projeto pretende tratar essa questão introduzindo novas tecnologias e recuperando outras tradicionais, para que o agricultor produza seus próprios alimentos, não visando especificamente o mercado, embora possa comercializar eventuais excedentes, mas sim o consumo doméstico familiar. Trata-se, portanto, de uma produção dirigida principalmente para a subsistência, em pequena escala. Nessa vertente, serão introduzidos sistemas de criação de pequenos animais como caprinos, ovinos, aves, entre outros, a depender de demandas locais, e incentivada a produção vegetal, que deverá ocorrer em terras úmidas da propriedade, com a utilização de barragens subterrâneas, (tecnologia Embrapa Semi-árido), também previstas pelo projeto. Nelas, será possível plantar feijão, milho, arroz, batata-doce, abóbora, verduras, gergelim e capim para nutrição de pequenos animais. Estas são culturas tradicionais, tanto no cultivo quanto no consumo das famílias.



Criador com animal
Fonte: COEP



Criação de caprinos/ovinos
Fonte: COEP

Bioenergia

Na zona rural nordestina, as famílias pobres já não dispõem mais de lenha em quantidade suficiente para cozinhar alimentos, nem tão pouco de dinheiro para comprar GLP (gás liquefeito de petróleo). É freqüente, ver-se filas de 20 ou mais pessoas, nas portas das prefeituras, em dia de feira local, a solicitar ajuda para a compra de um botijão de gás.

No âmbito da metodologia proposta, o objetivo é produzir biomassa na propriedade, como fonte de energia para cozinhar alimentos, através do florestamento com espécies nativas e/ou adaptadas ao ecossistema semi-árido e que, simultaneamente, produzam lenha e estacas para confecção de cercas, fator hoje considerado um dos mais caros dentre os investimentos de uma propriedade rural. Cada família participante poderá ter uma área cultivada para isto. Um viveiro para produção de mudas será instalado em cada comunidade. Uma proposta que só em médio prazo surtirá os efeitos desejados.

Complementando a produção de lenhosas, novas tecnologias serão implantadas no sentido de melhorar o aproveitamento de calor dos fogões domésticos, com conseqüente diminuição do consumo de energia. O florestamento ainda poderá surtir efeitos adicionais como a recuperação de áreas degradadas, cobertura de solos e alimentação animal.



Montagem de fogão de queima limpa
Fonte: COEP

Organização

A comercialização de produtos na pequena agricultura familiar é normalmente bastante difícil, mais talvez do que a própria produção, sendo quase impossível obter ganhos que reponham os custos de produção e dêem algum lucro. Isso se deve a não haver escala de produção e a mecanização ser, em geral, incipiente, perdendo, portanto, na competitividade e nos lucros para os grandes produtores. A causa maior é a desorganização dos agricultores, que compram insumos individualmente, não armazenam os produtos da colheita e os vendem também individualmente. As quantidades são pequenas. Não interessa aos intermediários comprar pequenos volumes, subordinando os produtores a eles e a preços extorsivos



Encontro de agricultores do projeto
Fonte: COEP

A força dos pequenos agricultores estaria na conjugação de objetivos comuns, que fundamentalmente, seriam: comprar insumos (sementes, adubos, ferramentas, máquinas, embalagens), pré-processar ou processar produtos primários, armazenar e vender em grupo. Com essas medidas criou-se a escala de produção, diminuíam-se os custos na compra, produção e venda e despertava-se o interesse do mercado.

O Projeto prevê o treinamento das famílias associadas em rudimentos de contabilidade, compra e venda de insumos e produtos, contempla ainda a criação de um banco de sementes, a montagem de um fundo rotativo para o auto-financiamento dos empreendimentos locais, a continuidade

do processamento do algodão e a orientação dos agricultores para o melhor planejamento do espaço rural, com mais cuidados com o meio-ambiente, moradias, conservação dos solos e vegetação; seus principais recursos, além de mão-de-obra familiar disponível.

Em adição às vertentes principais, Geração de Trabalho e Renda, Água, Segurança Alimentar, Energia e Organização, o Projeto pretende cobrir outros aspectos voltados para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. O nível de analfabetismo na zona rural nordestina é altíssimo e esse é mais um dos fatores que terão a atenção do Projeto. A alfabetização de jovens e adultos seguramente é um fator decisivo para o desenvolvimento das comunidades, já que aumenta a possibilidade de acesso à informação, confere maior autonomia ao indivíduo e conseqüentemente favorece sua participação no fortalecimento de sua comunidade.

O nível de analfabetismo na zona rural nordestina é altíssimo e esse é mais um dos fatores que terão a atenção do Projeto.

Inclusão Digital

Em nossos dias é impossível não pensar na importância da informática e sobretudo da Internet na vida e no cotidiano das pessoas, assim, além da alfabetização propriamente dita, a ação se estende também à “alfabetização digital”. Os telecentros de informática, já implantadas como um resultado extra do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania servirão à capacitação em informática e farão o papel de uma “janela” aberta para a imensa quantidade de informação e possibilidades de comunicação que a rede mundial oferece, além de servir de ferramenta para a organização gerencial das atividades da comunidade, sejam elas agrícolas ou não.



Jovens utilizando telecentros
Fonte: COEP

Assim, com a inter-relação de todas essas linhas de ação, e sua total absorção pelas comunidades envolvidas, será possível a concretização de um projeto maior: o “Comunidade COEP”. Tratado como a etapa evolutiva final de desenvolvimento de uma comunidade participante dos projetos COEP, o “Comunidade COEP”, embasado em valores de reciprocidade, respeito mútuo, solidariedade e compartilhamento de esforços, tem como objetivo implementar ações sociais, econômicas e de preservação ambiental, conforme diretrizes, princípios e responsabilidades acordados entre as partes. De um lado, o COEP mobilizando recursos técnicos e financeiros para viabilizar ações de desenvolvimento, de outro lado, os agricultores e agricultoras comprometidos em se esforçar na viabilização da implantação, execução e gestão dessas ações, de forma participativa, valorizando o trabalho coletivo, a democracia e a solidariedade.

5 Conhecendo as comunidades: indicadores socioeconômicos das comunidades do projeto*

Comparação com a PNAD 2001

Considerações gerais

Em 2002 foi realizada uma pesquisa nas comunidades do projeto, através de entrevistas domiciliares, com o objetivo de alcançar uma mais completa apreciação das condições de vida prevalentes nessas localidades. Após coletar, tabular e tratar os dados, foi estabelecida comparação com a PNAD 2001 visando contextualizar a situação em universos maiores, como o país ou a própria região. Em virtude da pesquisa do Projeto e da PNAD terem propósitos, conteúdos e detalhamentos bem diferentes, a comparação ficou limitada a alguns indicadores da pesquisa, ou seja, há uma quantidade maior de dados levantados, porém acreditamos que os apresentados são bastante ilustrativos e permitem a compreensão do cenário.

Objetivando ampliar o âmbito dessas comparações, os indicadores da Pesquisa do Algodão e os correspondentes gráficos são apresentados desagregados por comunidade. Já no caso da PNAD, os mesmos indicadores foram detalhados para o Brasil e Nordeste, sendo que para cada um desses contextos também foram destacados os resultados correspondentes às áreas rurais. Entretanto, a grande diversidade de situações apresentadas entre as comunidades a respeito de cada indicador recomendou que a análise dos indicadores fosse desdobrada em duas partes: primeiramente, através de uma comparação entre o indicador de síntese correspondente ao conjunto das comunidades em relação aos quatro contextos da PNAD e, a seguir, por comentários a respeito dos resultados mais destacados de algumas comunidades. Visando facilitar a leitura desses comentários, e ao mesmo tempo apresentar uma visualização mais nítida dos resultados, optou-se por comentar cada indicador associado a gráficos, separados para cada uma dessas duas partes.

* Alfonso Arias, Estatístico consultor do Projeto (fev. 2003).

Análise comparativa dos resultados de cada indicador selecionado

Indicadores demográficos

Tamanho médio familiar

O Gráfico 1 evidencia uma grande diferença entre o tamanho médio familiar correspondente ao conjunto das sete¹ comunidades consultadas na Pesquisa do Algodão e os quatro contextos de referência selecionados na PNAD-2001. De acordo com essa última fonte, a média de pessoas por família a nível Brasil foi de 3,35 pessoas, enquanto que no Nordeste rural essa média, a mais alta dos quatro contextos da PNAD, elevou-se a 3,97, resultados que dão continuidade à tendência declinante desse indicador observada nos últimos anos. Por esse motivo, a média de 4,88 pessoas por família no conjunto das sete comunidades em 2002 é surpreendente, precisando de maiores detalhamentos.

O Gráfico 2 revela que em todas as sete comunidades, o tamanho médio foi superior às médias da PNAD, mostrando que os valores do indicador variam entre um mínimo de 4,25 em Engenho Velho e um máximo de 5,56 pessoas por família no Assentamento Margarida Maria Alves.

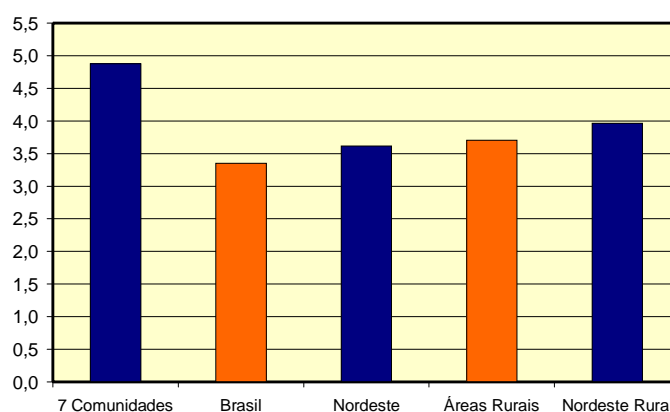


Gráfico 1: Tamanho médio familiar

Fonte: O autor

¹ São consideradas sete comunidades já que no momento da pesquisa foram tomados dados de duas comunidades do município de São José de Piranhas – PB, a comunidade de Lagoa de Dentro e a de Peba dos Lira. No entanto, na primeira é onde estão sediadas as instalações da mini-usina e tear. Além disso, nesse momento ainda não havia ocorrido a inclusão de Surubim e Cumaru.

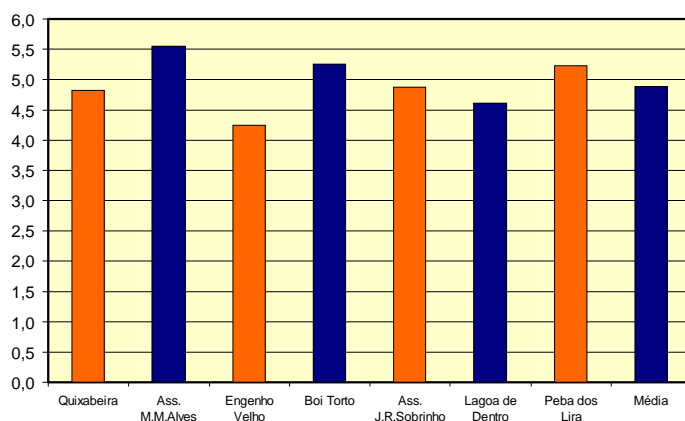


Gráfico 2: Tamanho médio familiar
Fonte: O autor

Indicadores de rendimentos

Renda Média Familiar

A elevada proporção de pessoas da família na PIA² observada nas sete comunidades e o predomínio das pessoas de sexo masculino não bastaram para garantir uma renda mensal suficiente para atender as necessidades de consumo das famílias a elas pertencentes. Com efeito, o Gráfico 3 dá conta de que a renda média do conjunto das famílias pesquisadas chegou em 2002 a R\$ 223,60, o que representou apenas 1,12 S.M.³ vigente na época da coleta dos dados. O mesmo gráfico mostra que os dois mais baixos valores da Renda média da PNAD corresponderam aos contextos Brasil Rural e Nordeste Rural, com R\$ 436,12 e R\$ 306,13; equivalentes a 2,42 S.M.s e 1,70 S.M.s vigentes em 2001, respectivamente. Dessa forma, a renda média familiar levantada pela Pesquisa do Algodão alcançou apenas a 65,9% da média de rendimentos existente no meio rural nordestino, onde sabidamente encontram-se os nichos mais expressivos da pobreza nacional.

Ainda que se reconheça a existência de expressivas diferenças dessa renda média familiar entre as comunidades, é importante sublinhar que em nenhuma delas houve sequer uma razoável aproximação a esse patamar mínimo e insuficiente do Nordeste rural. Segundo o Gráfico 4, as comunidades com mais baixo nível de renda familiar foram o Assentamento José

² PIA: População em Idade Ativa

³ S.M.: Salário Mínimo

Rodrigues Alves (R\$ 174,02) e o Assentamento Margarida Maria Alves (R\$ 180,32). Por sua vez, as comunidades Peba dos Liras (R\$ 260,73) e Lagoa de Dentro (R\$ 257,30) foram as que apresentaram os rendimentos médios familiares mais elevados.

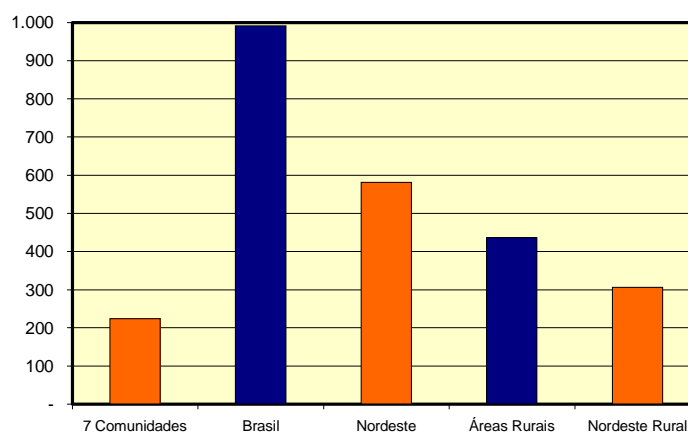


Gráfico 3: Renda média familiar (R\$)
Fonte: O autor

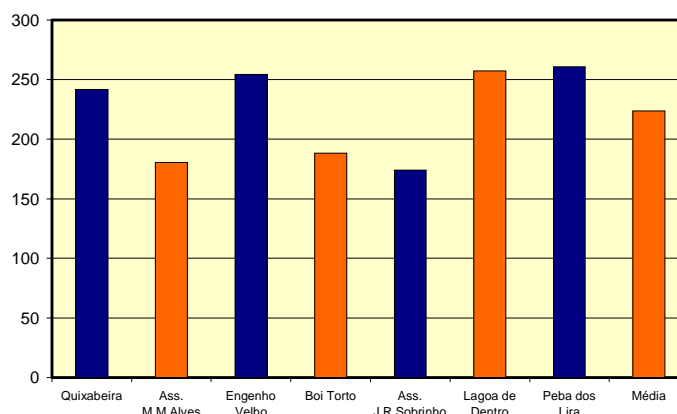


Gráfico 4: Renda média familiar (R\$)
Fonte: O autor

Indicadores de acesso a serviços de infra-estrutura básica **Pessoas de 6 a 15 anos que assistem à escola**

Segundo o Gráfico 5, a rede de escolas existente nas sete comunidades contribuiu para que 92,35% das crianças e jovens entre os 6 e 15 anos de idade continuassem estudando, resultado ligeiramente abaixo da média

nacional (94,52%) e da região Nordeste (93,55%), porém, mais favorável que o exibido pelos dois contextos rurais. A obrigatoriedade de assistência escolar exigida pelo Programa Bolsa Escola deve ter ajudado à permanência desses menores na escola. O Gráfico 6 dá conta que em duas comunidades, Quixabeira e Lagoa de Dentro, esses percentagens de assistência à escola foram superiores a 95%. Em contrapartida, o mesmo gráfico, aponta que Engenho Velho, a comunidade de maior renda per capita e onde 37,50% das famílias receberam benefícios da Bolsa Escola ou Bolsa Renda, somente 83,33% dos menores nessa faixa de idade assistiram à escola em 2002.

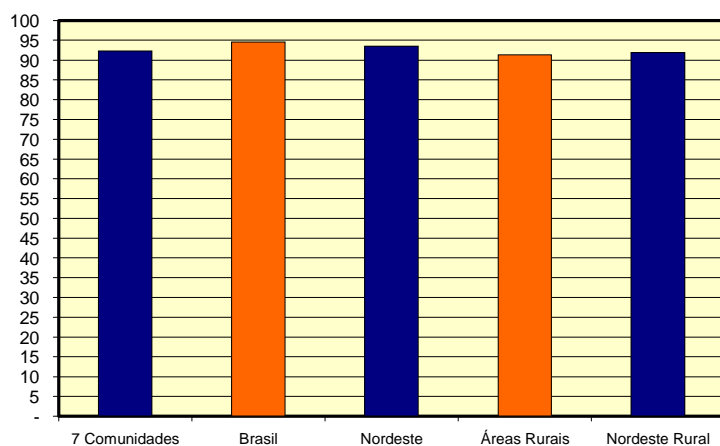


Gráfico 5: % Pessoas de 6-15 anos na escola
Fonte: O autor

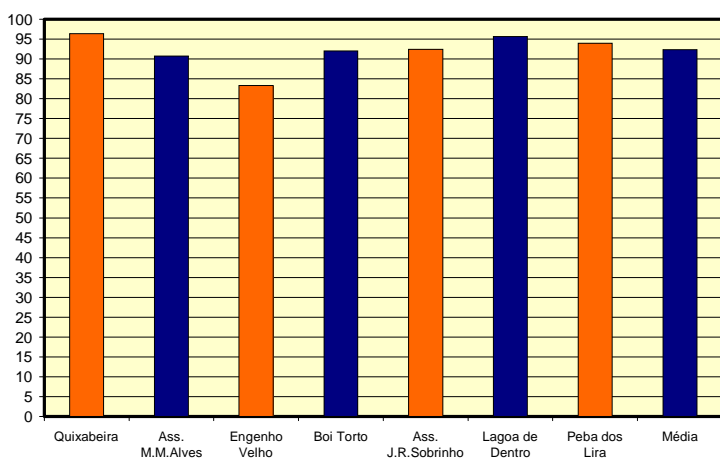


Gráfico 6: % Pessoas de 6-15 anos na escola
Fonte: O autor

Disponibilidade de energia elétrica

A disponibilidade de energia elétrica, serviço público que chega à totalidade das comunidades pesquisadas, entre as famílias entrevistadas na Pesquisa do Algodão alcançou 69,92% delas. Apesar dessa percentagem ficar muito aquém da média nacional (95,84%) ou do Nordeste (89,47%), conforme pode ser observado no Gráfico 7, a extensão desse serviço no conjunto das sete comunidades foi superior à correspondente ao contexto Nordeste rural (66,07%). No entanto, o detalhamento por comunidade, apresentado no Gráfico 8, revela que enquanto em três dessas comunidades, Assentamento Margarida Maria Alves, Engenho Velho e Lagoa de Dentro, a totalidade das famílias (100%) tiveram acesso a esse serviço essencial em 2002, no Assentamento José Rodrigues Sobrinho a extensão do mesmo alcançou apenas a 36,96% das famílias.

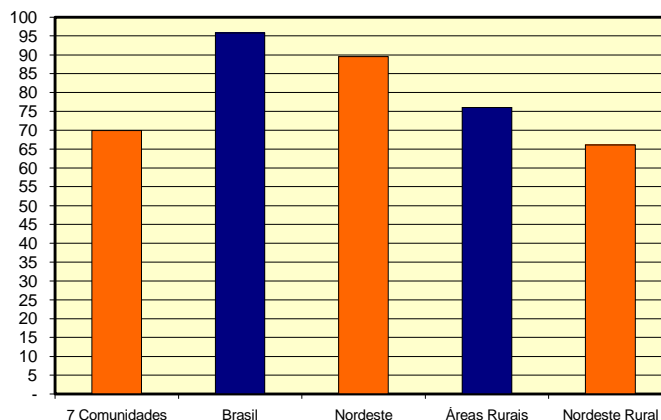


Gráfico 7: % Famílias com energia elétrica

Fonte: O autor

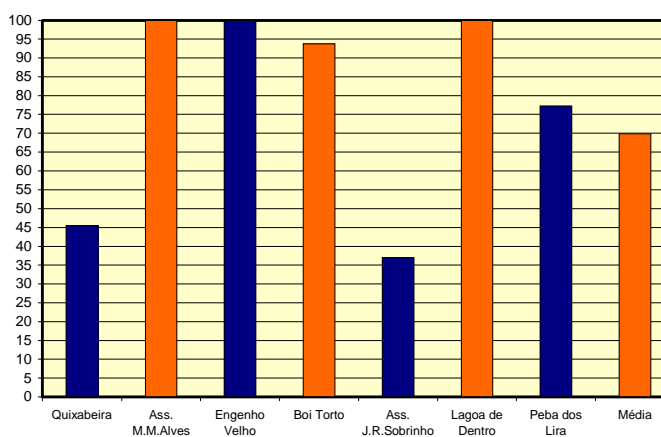


Gráfico 8: % Famílias com energia elétrica

Fonte: O autor

Disponibilidade de água encanada

Embora a disponibilidade de água encanada apresentasse uma grande diversidade entre as comunidades, o Gráfico 9 mostra que 56,25% das famílias pesquisadas tiveram acesso a água encanada. Apesar dessa proporção ficar aquém da média nacional (77,77%) ou do Nordeste (62,52%), ela foi bem superior à correspondente aos dois domínios rurais da PNAD (14,40% e 13,35%, respectivamente). Essa situação, no entanto, não pode esconder o fato, denunciado pelo Gráfico 10, de que, enquanto em duas dessas comunidades, Assentamento Margarida Maria Alves e Peba dos Liras, essa facilidade fosse inexistente (0%), em outras duas, Quixabeira e Assentamento José Rodrigues Sobrinho, a totalidade das famílias (100%) dispunha de água encanada em 2002.

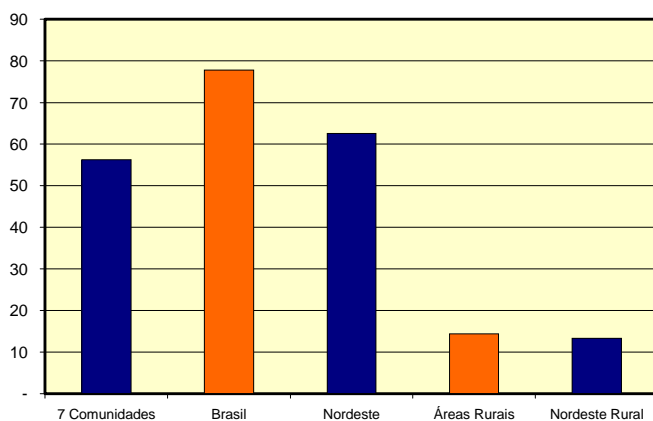


Gráfico 9: % Famílias com água encanada
Fonte: O autor

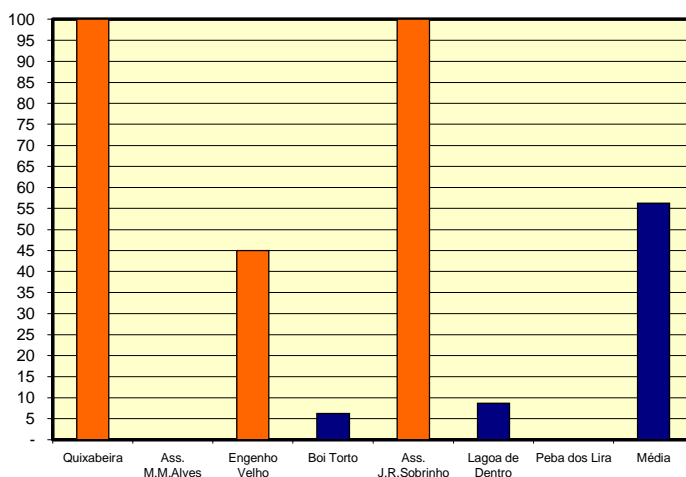


Gráfico 10: % Famílias com água encanada
Fonte: O autor

Disponibilidade de sanitários

O Gráfico 11 aponta que 58,20% das famílias entrevistadas nas sete comunidades pesquisadas no levantamento do Algodão dispunham de sanitários, indicador que, mais uma vez, fica longe da média do Brasil (92,20%) e da região Nordeste (78,46%), situando-se, porém, acima do Nordeste rural (44,74%). O Gráfico 12, por sua vez, mostra que na formação deste resultado, houve uma razoável diversidade de situações que foram desde uma disponibilidade familiar de sanitários de 97,83% no Assentamento José Rodrigues Sobrinho até 31,82% em Peba dos Liras.

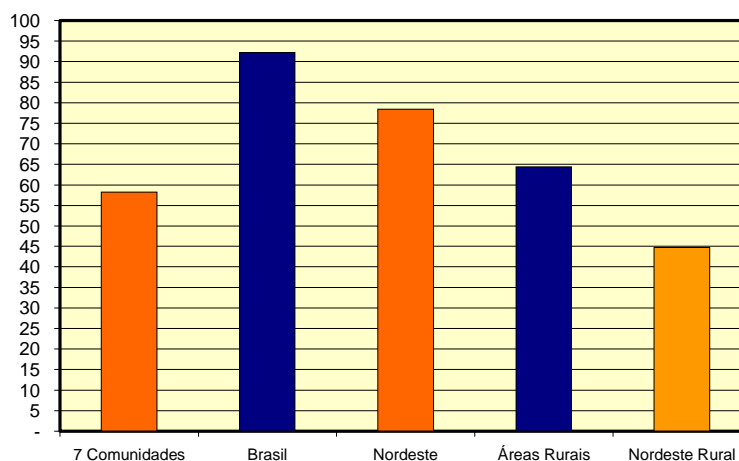


Gráfico 11: % Famílias com sanitários
Fonte: O autor

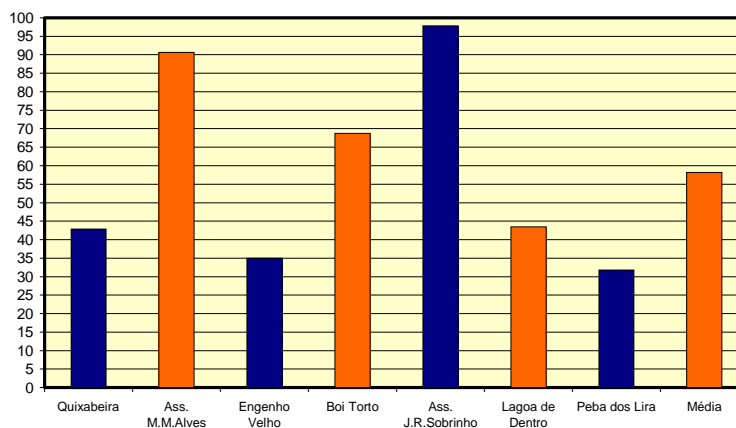


Gráfico 12: % Famílias com sanitários
Fonte: O autor

Indicadores de propriedade de bens de consumo duráveis

Fogão a gás

Trata-se do bem de consumo mais difundido entre as comunidades pesquisadas, envolvendo 83,20% das famílias. Essa elevada proporção, embora menor que a vigente no país (91,38%) foi praticamente igual a apresentada pelo contexto Nordeste (83,32%), conforme pode ser verificado no Gráfico 13. Mesmo neste caso, os resultados do Gráfico 14 demonstram que houve grandes divergências entre as comunidades, com percentagens que variaram entre um máximo de 95,65% em Lagoa de Dentro e um mínimo de 68,75 % em Boi Torto.

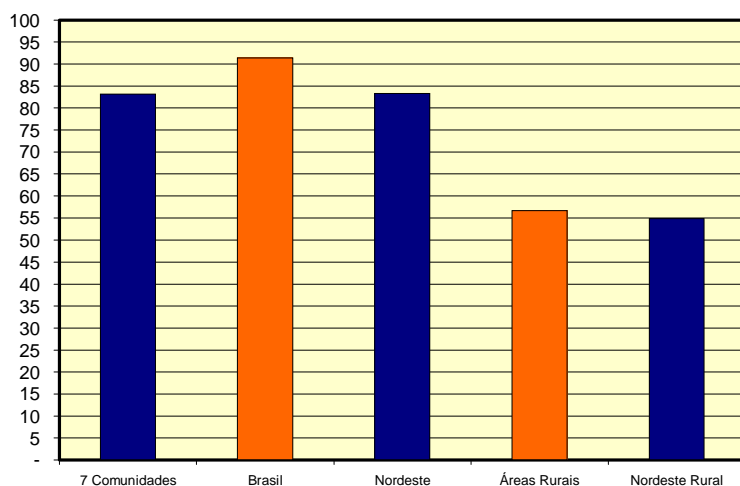


Gráfico 13: % Famílias com fogão a gás
Fonte: O autor

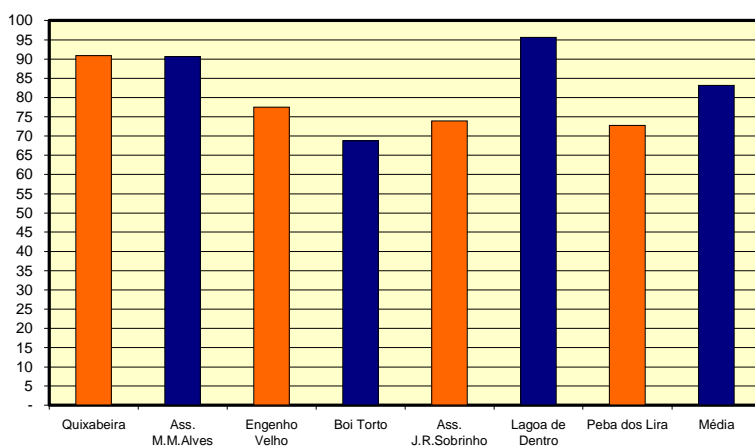


Gráfico 14: % Famílias com fogão a gás
Fonte: O autor

Síntese dos resultados

A comparação de resultados das Pesquisas do Algodão e a PNAD revela, primeiramente, enormes discrepâncias no que se refere aos indicadores demográficos. Por uma parte, os tamanhos médios das famílias das sete comunidades consultadas na Pesquisa do Algodão superaram de longe os correspondentes aos quatro contextos selecionados da PNAD-2001; por outra, contrariamente ao que se poderia esperar, as proporções da população em idade de trabalhar (PIA) excederam de forma expressiva as reveladas pela PNAD, apresentando, em cinco das sete comunidades, valores superiores às médias nacionais e as correspondentes à região Nordeste.

Segundo os dados da Pesquisa do Algodão as médias da renda familiar em 2002 variaram entre R\$ 174 e R\$ 261, perfazendo uma média aproximada de R\$ 224 para as sete comunidades.

Entretanto, a maior disponibilidade de pessoas em idade de trabalhar não significou que a geração de renda familiar nessas comunidades fosse mais favorecida. Muito pelo contrário. Segundo os dados da Pesquisa do Algodão as médias da renda familiar em 2002 variaram entre R\$ 174 e R\$ 261 perfazendo uma média aproximada de R\$ 224 para as sete comunidades. Ainda que esses valores estivessem sub-declarados, já que foram levantados de forma global e não detalhada como na PNAD, eles situaram-se muito aquém dos valores registrados nesta última para o ano 2001, inclusive do menor deles, relativo ao contexto Nordeste rural, que alcançou a R\$ 306. Dessa forma, com rendas familiares significativamente inferiores e tamanhos da família bem superiores, não é surpreendente que a renda média per capita das sete comunidades, estimada em R\$ 46 não tenha chegado sequer à metade da calculada pela PNAD (R\$ 102) para esse contexto rural nordestino. Nessas condições, é claro que as percentagens médias de indigentes (menos de 0,25 S.M. per capita) e de pobres não indigentes (entre 0,25 e 0,49 S.M.s per capita), cujos valores médios para as sete comunidades alcançaram a 49% e 33% respectivamente, foram muito superiores aos calculados através da PNAD, onde os valores de indigência variaram entre 11% (Brasil) e 34 % (Nordeste rural) e os correspondentes aos pobres não indigentes, entre 13% e 25% para esses mesmos contextos.

Não menos importante é o fato de que essa severa insuficiência de renda observada em todas as comunidades integrantes da Pesquisa do Algodão

refere-se principalmente aos rendimentos provenientes das atividades produtivas em que sua PIA encontra-se envolvida. Nesse sentido, cabe destacar que as percentagens de famílias que acederam a benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões), programas sociais (bolsa escola ou bolsa renda) ou a doações de parentes no conjunto das sete comunidades excederam de longe os registrados pela PNAD para os quatro contextos destacados nesta nota. Assim sendo, a contribuição dos rendimentos que não provém do trabalho, desempenharam um papel importante na formação da renda das famílias dependentes do algodão, em muitos casos representando a principal fonte de rendimentos dessas famílias.

A precariedade das rendas familiares, porém, não foram reproduzidas com a mesma severidade nos indicadores que medem à satisfação das necessidades básicas das famílias das sete comunidades. Em matéria de acesso a serviços de infra-estrutura básica, a rede educacional disponível nessas comunidades conseguiu segurar uma média de 92% de assistência à escola entre a população de 6 a 15 anos de idade, indicador que se situa apenas ligeiramente abaixo da média nacional (95%) e da própria região Nordeste (93%). Por sua vez, a disponibilidade de água encanada nas comunidades, que beneficiou em média a 56 de cada 100 famílias no conjunto das comunidades, embora menor que a média nacional (78%) e do Nordeste (63%), foi mais favorável que os registrados pelos dois contextos rurais. Finalmente, 70 de cada 100 famílias pesquisadas na Pesquisa do Algodão declararam dispunham de energia elétrica, resultado que supera a percentagem média estimada pela PNAD para as áreas rurais do Nordeste (66%).

Por último, em relação à disponibilidade de bens necessários para garantir às famílias um mínimo de conforto e de garantias sanitárias, a situação geral das comunidades pesquisadas não parece tão distante da observada nos quatro contextos da PNAD. Excetuando a disponibilidade de TV e rádio, cujas percentagens mostraram-se sempre inferiores aos estimados nesses quatro contextos, a propriedade de geladeira (42%) superou a média do Nordeste rural (34 %) ao passo que o Fogão a Gás (83%) apenas foi inferior à média nacional (91%).

As observações acima apresentadas levam a crer que os rendimentos do trabalho capturados através da Pesquisa do Algodão nas sete comunida-

[...] 70 de cada 100 famílias pesquisadas na Pesquisa do Algodão declararam dispunham de energia elétrica, resultado que supera a percentagem média estimada pela PNAD para as áreas rurais do Nordeste (66%).

des, que aparecem sendo os grandes responsáveis pelas más condições de vida apontadas por esse levantamento, foram prejudicados em função da prolongada seca que assolou o Nordeste brasileiro em 2002, situação que afetou severamente aos plantadores de algodão

6 Encontro de agricultores

As grandes distâncias geográficas separam a maioria das comunidades participantes do Projeto Algodão Tecnologia e Cidadania, cada uma delas tem características distintas e maneiras diversas de acolhimento e desenvolvimento das atividades propostas, umas com mais, outras com menos desenvoltura, mas todas elas com o mesmo empenho. Ao longo do desenvolvimento das ações, surgiu a idéia de proporcionar momentos de aproximação entre as comunidades de maneira que uma pudesse se reconhecer nas experiências das outras, conhecer as soluções encontradas para problemas comuns a elas e com a troca de experiências fortalecer a confiança em seu próprio potencial e os laços entre as diversas “Comunidades COEP” e delas com a equipe que executa e a que coordena as ações.

Ao longo da execução do Projeto houve dois momentos principais de contato entre as comunidades: o Primeiro Encontro de Agricultores do Projeto Algodão aconteceu nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2003, em Lagoa Seca, Paraíba, e reuniu entidades parceiras, técnicos e agricultores do projeto com a proposta de trocar experiências, acompanhar e avaliar o andamento do projeto nas comunidades beneficiadas; o Segundo Encontro aconteceu em Xingó, Alagoas, entre os dias 8 e 10 de outubro de 2004.

Durante o Primeiro Encontro, os agricultores puderam assistir apresentações de diversos especialistas, com temas variados como “Associativismo na agricultura”, “Empreendedorismo, Cooperativismo e Autogestão”, “Água, alimento e saúde”, “Bioenergia”, acompanhar os resultados do diagnóstico socioeconômico das comunidades beneficiadas e conhecer os novos desafios do projeto.

Os agricultores consideraram o Encontro uma referência de cultura e de informação. “Estamos saindo daqui bem abastecidos de informações, com muitas coisas importantes que vamos levar para aquelas pessoas que não puderam vir e estão lá ansiosos esperando por nós”, disse Cícera Maria Campos da Silva, agricultora da comunidade de Quixabeira, Água Branca, Alagoas. “Viemos aqui no Encontro para passar um pouquinho do que a gente sabe e levar um pouquinho do que está aqui para aprender.

[...]surgiu a idéia de proporcionar momentos de aproximação entre as comunidades de maneira que uma pudesse se reconhecer nas experiências das outras, conhecer as soluções encontradas para problemas comuns a elas e com a troca de experiências fortalecer a confiança em seu próprio potencial[...]

Obrigado pela oportunidade”, agradeceu Francisco José Pereira, o Kiko Pereira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Município do Barro, Ceará.

O evento foi aberto pelo presidente do COEP Nacional, André Spitz, que destacou a importância de levar essa experiência para comunidades vizinhas, uma vez que o projeto é um alavancador de melhorias sócio-econômicas nas localidades onde é implantado. Em seguida, Marcos Carmona, da Oficina Social, fez uma apresentação do Diagnóstico Socioeconômico do Projeto, a Secretária Executiva do COEP Nacional, Gleyse Peiter, e José Mendes de Araújo, da Embrapa, fizeram palestras sobre o tema “Compromissos comunitários com o Projeto Algodão”.

Para a Finep, uma das entidades parceiras do Projeto, o encontro foi de grande importância para o acompanhamento da iniciativa da empresa: “O mais importante de vir aqui é aprender como as coisas estão na realidade. Essa é uma realidade diferente do que costumamos trabalhar. Trabalhamos muito com empresas de alta tecnologia, universidades e não temos a oportunidade de trazer tecnologia e conhecimento para o povo que mais precisa e só está faltando um pequeno empurrão para fazer muita coisa. É muito bom vir até aqui e ver o efeito que o projeto pode ter na vida dessas pessoas”, explicou Rodrigo Fonseca, representante da Finep no Encontro.

No dia 12, o Encontro contou com as palestras do Professor Guilherme Soares, da UFRPE¹, de Nelson Anacleto Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (PB), do Professor José Wilson Galdino, da Incubadora de Cooperativas da UFC², de Antônio Pedro Mathias e Lúcia Helena Kiill, da Embrapa Semi Árido, e de Renato Cabral, da Embrapa.

Gleyse Peiter, destacou a importância de reunir agricultores, técnicos e entidades parceiras: “Esse encontro é um grande ganho do projeto e não há indicador que meça o que ouvimos e vimos nos rostos dos agricultores. Só conseguimos ter essa noção, de até onde vamos, quando estamos aqui, junto com eles”.

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco

² Universidade Federal do Ceará

O Encontro de Agricultores terminou com uma visita de todos os participantes à comunidade de Margarida Maria Alves, em Juarez Távora, Paraíba. Juarez Távora foi o primeiro município beneficiado com o projeto de produção de algodão integrado à indústria no ano de 2000 e serviu como experiência e referência a ser ampliado para outros municípios do Nordeste.

Durante o Segundo Encontro foi realizada a inauguração da mini-usina e do Telecentro de informática da Comunidade de Quixabeira em Água Branca – AL, na sequência uma oficina de integração de lideranças comunitárias, técnicos e membros de entidades parceiras.

A oficina teve como objetivo discutir os princípios do Programa Comunidades COEP, estabelecendo as bases de um termo de compromisso para a implementação conjunta das ações de desenvolvimento socioeconômico e de proteção do meio ambiente.

Participaram da oficina as lideranças das comunidades de Engenho Velho, Boi Torto, Ramada, Nova Cruz, Peba dos Vicentes, Sítio Cacimbas, Lagoa de Dentro, Margarida Maria Alves, Pilões, Surubim e Quixabeira, técnicos e membros da Embrapa e do COEP.

Na abertura dos trabalhos, André Spitz, abordou a evolução do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania, e focalizou a implantação de um novo projeto o “Pólos de Desenvolvimento Comunitário Integrado”, destacou a importância do esforço conjunto dos agricultores e parceiros para criar, em cada um dos municípios, um núcleo gerador de trabalho e renda, como vetor de crescimento, agregando novos projetos e ações saneadoras de problemas existentes no local. Considerando a importância da participação efetiva das comunidades para viabilizar o modelo de gestão dos Pólos de Desenvolvimento Comunitário, abordou a proposta de estabelecer um compromisso social, através de um acordo de cooperação, com diretrizes, princípios e responsabilidades fundamentados na valorização do trabalho coletivo, democracia e solidariedade.

Em seguida, foi apresentado o programa de trabalho para uma oficina para o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os participantes.

A oficina teve como objetivo discutir os princípios do Programa Comunidades COEP, estabelecendo as bases de um termo de compromisso para a implementação conjunta das ações de desenvolvimento socioeconômico e de proteção do meio ambiente.

Organizados em grupos de trabalho, os participantes fizeram a análise do Termo de Cooperação, destacando os aspectos básicos para o estabelecimento do compromisso social e as recomendações de encaminhamentos.

Organizados em grupos de trabalho, os participantes elaboraram painéis de apresentação, abordando os principais aspectos relacionados à história da comunidade, relacionamento com o COEP, organização social, economia e infra-estrutura existente, bem como identificaram os pontos fracos e fortes da comunidade e região. Complementando esta apresentação, foram feitos mapas esquemáticos de uso e ocupação do espaço, mostrando os principais acessos, as áreas e instalações produtivas, o comércio, as habitações e infra-estruturas existentes – escolas, postos de saúde etc. Esta etapa possibilitou a compreensão dos diferentes estágios de organização e desenvolvimento das comunidades, bem como dos desafios comuns a serem enfrentados. Os participantes manifestaram o interesse de se promover visitas de intercâmbio entre as comunidades, possibilitando um melhor conhecimento das experiências bem-sucedidas e dos projetos consolidados.

Na continuidade da Oficina, foi feita a apresentação do Termo de Cooperação proposto entre o Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida – COEP e as comunidades parceiras. Organizados em pequenos grupos de trabalho, os participantes fizeram a análise do Termo de Cooperação, destacando os aspectos básicos para o estabelecimento do compromisso social e as recomendações de encaminhamentos.

A dedicação e o compromisso dos participantes com o trabalho em grupo de forma participativa possibilitaram a vivência de um ambiente agradável e espontâneo de convívio e construção coletiva das bases do acordo de cooperação para a implantação dos Pólos de Desenvolvimento Comunitário Integrado e ampliação do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania.

É transcrita abaixo a documentação dos painéis apresentados pelos participantes durante a Oficina e comentários do moderador, o consultor Roberto Rezende.

Grupos de trabalho e painéis

Alagoas

Município de Água Branca

Comunidade de Quixabeira

Grupo de Trabalho:

- Paulo Campos: presidente da Associação
- S. M. Lima: vice-presidente
- M. V. Campos: sócio
- Cícera: sócia

Quem somos?

- Comunidade de Quixabeira – Água Branca-AL: nome este dado por existirem várias árvores frutíferas com este nome no local.
- Moramos no alto sertão das Alagoas, divididos em 5 comunidades: Quixabeira, Covões de Cima, Valentim, Gangorra e Lageiro do Couro
- 45 famílias.

Organização

- Associação.
- Grupo Jovem: 29 pessoas
- Movimento Mãe-Rainha: 30 famílias
- A comunidade se reúne para fazer seus trabalhos em mutirão. Assim, tudo vem dando certo.
- Temos contatos pessoais e as pessoas se comunicam com as outras muito bem e estamos todos unidos.

Educação

- 1ª à 4ª séries do ensino fundamental
- Não temos educação de jovens e adultos – índice: 30%

Saúde

- Temos um posto de saúde

Infra-estrutura

- 100% das casas de alvenaria
- 95% de água canalizada e potável
- 50% de saneamento
- 85% de energia elétrica (desde 06/2002, pelo Coep).

Pernambuco

Município de Cumarú

Comunidade de Pilões

Grupo de Trabalho:

- Lidiane: presidente da ACCOSP – primeira secretária da Abioeco – membro do Grupo Gestor
- Antônio: tesoureiro da Abioeco – Conselho Fiscal da ACCOSP – membro do Grupo Gestor

Quem somos?

- Somos pessoas que estamos ligadas e preocupadas com a organização da nossa comunidade.
- A comunidade é carente, pois vive através da agricultura, mas com um povo forte que não desanima e vai à luta no meio associativo.

Nossa história

- É a história da maioria das comunidades, que começam com um ou dois moradores, mas que cresce a cada dia, com um povo que não quer deixar a comunidade para crescer, quer crescer junto com ela.
- 100 famílias

Organização

- A comunidade se organiza através de associações, sindicatos, Conselho Municipal, catequeses.
- A organização jovem.
- Enfim, a comunidade luta por um bem social mais justo para todos.

Educação

- A educação infantil é ativa, todas as crianças vão à escola, embora os professores não sejam capacitados nem oferecem recursos às crianças.
- Nossa comunidade não tem programa para educação de jovens e adultos carentes, que não são alfabetizados.
- Educação jovem: todos os jovens estão concluindo ou já concluíram o 2º grau e outros já estão ingressando na faculdade.

Saúde

- Deixa a desejar, pois não temos posto de saúde.
- Há agente de saúde, mas com poucos recursos para atender a comunidade.

Infra-estrutura

- Todas as famílias têm acesso a água tratada para beber e consumir.
- A comunidade dispõe de poço artesiano, cisternas (Programa) para todos e açudes.
- Esgoto: é grande o número de famílias que dispõem de saneamento básico e fossa.
- Luz: 100% da população conta com energia elétrica.

Pontos fortes

- É que onde tem união, tem força. Assim, podemos vencer todos os obstáculos que vêm à nossa frente.

Pontos fracos

- Problema com a água que nós temos e com a água encanada vinda do Rio São Francisco.

Relações com o COEP

- Energia trifásica (Coep)
- Mini-usina
- Telecentro
- Desenvolvimento (Coep)
- 300 pessoas assistidas pelo Coep
- Ressurgimento do associativismo (Coep)
- Desenvolvimento sustentável (Coep)

Pernambuco

Comunidade de Surubim

Grupo de Trabalho

- Marli Correia Reis: presidente da Associação – auxiliar técnica de enfermagem – atuante na saúde.
- José da Silva Reis: agricultor (produtor de algodão) – representante da Cercal – vereador recém-eleito – participante do Grupo Gestor.
- Elder Paulo: coord. Grupo Jovem – participante do Grupo Gestor – catequista – agricultor – colaborador do Coep.
- Maxwelly Correia Dias: estudante – representante do Grupo Gestor – participante do Grupo Jovem.

História da comunidade

- Mais de 100 anos de existência
- Área produtora de algodão, milho e feijão
- Foi um lugar deserto onde existiam onças

Como vivemos?

- Vivemos baseados na agricultura, pecuária e aposentadoria;
- Empregos na prefeitura.

Trabalhos

- Assistência à saúde;
- Preparação de terrenos;
- Distribuição de sementes;
- Apoio à silagem.

Organização

- Associação com mais de 300 famílias associadas;
- Sindicato;
- Grupo Jovem.

Saúde

- Assistência através do Programa Saúde da Família (PSF).

Educação

- Temos escola para crianças e jovens da 1ª à 4ª séries.

Infra-estrutura

- Água;
- Energia elétrica (trifásica);
- Telefone;
- Estradas vicinais;
- Igreja;
- Trator na comunidade

Pernambuco

Município de Bezerros

Comunidade de Boi Torto e Ramada

Grupo de Trabalho:

- José Severino
- Ailton
- Almir
- Valteir
- Eliane

Quem somos?

- Moramos no assentamento dos pequenos agricultores dos sítios Boi Torto e Ramada, que ficam no distrito de Bezerros, a 100 km da capital do Recife;
- Número de comunitários: 22 famílias assentadas – 92 habitantes.

Organização

- Nos reunimos e formamos uma associação;
- Todos os assentados fazem parte;
- Em alguns casos dividimos as tarefas.

Nossa história

- Foi fundada a associação com o grupo de agricultores em 1995;
- Presidente: José Severino (agricultor);
- Vice-presidente: Ailton (agricultor);
- 2º tesoureiro: Almir (agricultor);
- Grupo Gestor: Valteir (agricultor) e Eliane (agricultora).

Como vivemos?

- Da agricultura.

Educação

- Temos escola a 2 km do assentamento;
- Também temos o Projeto Brasil Alfabetizado, com 12 alunos.

Infra-estrutura

- Água: 3 açudes;
- Esgoto: fossas;
- Luz: todas as casas têm energia elétrica.

Saúde

- Temos PSF, com médicos e agentes comunitários.

Pontos fortes

- Telecentro com 5 computadores.

Pontos fracos

- Desenvolvimento sustentável;
- União de alguns assentados.

Paraíba

Município de Juarez Távora

Comunidade Margarida Maria Alves

Grupo de Trabalho:

- Preta
- Betinho
- Eliane
- Mariza

Nossa história

- Começou em 1997;
- Não houve conflitos – fomos assentados diretamente pelo Incra;
- Existem 40 famílias, num total de 215 pessoas.

Como vivemos?

- Agricultura: algodão, milho e feijão;
- Pecuária: criamos uma vaca e um boi para trabalhar.

Organização comunitária

- Associação comunitária;
- Escola;
- Pastoral da Criança;
- Sindicato.

Educação

- Temos escola com ensino de 1ª à 2ª séries e também escola de jovens e adultos à noite.

Saúde

- Não temos posto de saúde

Infra-estrutura

- Água: temos água de cisterna e açudes;
- Temos energia em todas as casas e forças individuais.

Pontos fracos

- Falta de conscientização da comunidade.

Pontos fortes

- Força de vontade de ver nossa comunidade crescer

Paraíba

Município de São José de Piranhas

Comunidades de Peba dos Vicentes, Sítio Cacimbas e Lagoa de Dentro.

Grupo de Trabalho

Peba dos Vicentes

- Damião (agricultor): presidente da Associação – Grupo Gestor
- Daniel (agricultor): secretário da Associação

Sítio Cacimbas

- Aurisbeto (agricultor): presidente da Associação

Lagoa de Dentro

- Nelson (agricultor): presidente da Associação – Grupo Gestor
- Irani Júlia (agricultora): Grupo Gestor

Como vivemos?

- Agricultura familiar: milho, feijão, arroz, algodão, gergelim, fruticultura;
- Pecuária: bovino, caprino e ovino.

Organização

- Associativismo;
- Grupos de jovens;
- Pastoral da Família;
- STR.

Escola

- Funciona regularmente.

Saúde

- Apenas na sede do município.

Infra-estrutura

- Água encanada: 20%;
- Esgoto: 0%;
- Luz: 80%.

Relação com a comunidade Coep

- Boa

Rio Grande do Norte

Município de Nova Cruz

Assentamento José Rodrigues Sobrinho

Grupo de Trabalho:

- Jonas
- Suely
- Damião
- Ana Lúcia

Quem somos?

- Comunidade Coep.

O que fazemos?

- Desenvolver e organizar a comunidade.

Nossa história

- A luta pela terra;
- Criação de associações;
- Luta pela Previdência Social mais justa;
- Organizar os trabalhadores;
- Participação nas lutas: CUT, Contag, FETARN, STR;
- Políticas sociais;
- Educação, saúde e moradia.

Como vivemos?

- Na comunidade, trabalhando na agricultura em regime de economia familiar;
- Na luta pela terra

Ceará

Município de Barro

Comunidade de Engenho Velho

Grupo de Trabalho:

- Bezerra
- Dalva
- Ligeirinho
- Neto
- Torim
- Chico da igreja

Quem somos?

- 120 famílias

Como vivemos?

- Engenho de cana;
- Engenho velho;
- Agricultura: milho, feijão e algodão.

Organização comunitária

- Associação
- Sindicato
- Igreja
- Participação
- Coep

Infra-estrutura

- Energia
- Posto de saúde
- Água tratada
- Escola EF de 1ª à 8ª séries

Pontos fracos

- Falta união de alguns na comunidade

Pontos fortes

- A união faz a força: entidades, sindicatos, igreja, associação, escola;
- Apoio;
- Confiança;
- Credibilidade;
- Participação;
- Coep

Durante o evento foi discutido com as comunidades um **Termo de Cooperação** proposto entre o COEP e as comunidades parceiras, para a implementação do **Programa Comunidades COEP**. Neste documento, o COEP se compromete a mobilizar recursos técnicos e financeiros para a implementação das ações de desenvolvimento social e econômico das comunidades e de conservação do meio ambiente. Os comunitários, agricultores e agricultoras, se comprometem a implementar as ações de forma participativa, valorizando o trabalho coletivo, a democracia e a solidariedade.

Organizados em pequenos grupos de trabalho, os participantes fizeram a análise do Termo de Cooperação, que foi apresentado e discutido em sessão plenária, destacando-se os seguintes aspectos e recomendações:

Objetivos:

- Melhorar a renda através do trabalho cooperativo;
- Desenvolvimento local de acordo com a realidade da comunidade;
- Desenvolvimento humano e cidadania;
- Integrar os agricultores, através de suas associações, ao Fórum Comunitário.

Diretrizes:

- Crescimento da comunidade de forma geral;
- Trabalho em grupo;
- Responsabilidade com o Projeto;
- Fórum de Mobilização Social: integrar comunidades e instituições parceiras;

Valores e princípios:

- Respeito ao próximo;
- Participação: esclarecer os limites entre as associações de produtores e um Fórum comunitário no planejamento e gestão do Programa;
- Não ao preconceito;
- Trabalho comunitário;
- Oportunidades;
- Dignidade;
- Meio ambiente: esclarecer diferença entre preservar, conservar e proteger;
- Cidadania;

Partes envolvidas:

- *COEP Nacional*: mobilizar, articular, juntar parceiros, capacitar etc;
- *Grupo Gestor Local*: mobilizar a comunidade – busca tornar sonhos em realidade, para o bem estar humano;
- *Comunidades COEP*: pólo de desenvolvimento da comunidade e regiões circunvizinhas.

7 Resultados

Ao longo de sua atuação, o COEP vem construindo uma metodologia de ação para o desenvolvimento de comunidades, que vem sendo adaptada aos resultados da experiência efetiva de inserção comunitária.

Neste sentido, esta metodologia, hoje, pressupõe que o alicerce fundamental para a implantação de qualquer ação de promoção do desenvolvimento esteja no fortalecimento da organização comunitária, por meio de suas associações e lideranças, implicando na participação efetiva da comunidade como sujeito determinante do processo de transformação de sua condição socioeconômica.

Todas as fases de implantação do projeto, portanto, foram precedidas de reuniões com as lideranças e associações e todas as etapas foram analisadas em conjunto com as comunidades. A participação dos moradores envolvidos no projeto na tomada de decisões, trouxe mudanças importantes em seu comportamento, com um sensível aumento de sua auto-estima e capacidade de se manifestar.

Ao se fazer uma análise dos resultados obtidos, verifica-se que além dos ganhos visíveis como o crescimento da área plantada, do número de famílias envolvidas, incremento de renda, houve ganhos intangíveis, perceptíveis com a convivência amigável com as comunidades, visitas periódicas e reuniões com as lideranças locais.

Como exemplo pode-se citar a capacidade de organização e a mobilização das comunidades. Em Quixabeira (Água Branca – AL), por exemplo, a capacidade de organização da comunidade foi notavelmente melhorada a partir da intervenção do projeto. Nesse local, a associação comunitária esteve durante anos inativa e irregular. A partir da necessidade de haver uma organização legal para receber os equipamentos envolvidos no projeto, ela foi reativada e tem tido um papel decisivo na organização da comunidade. Segundo relatos das lideranças locais, há anos não havia um mutirão no local, nessa fase do projeto todas as estruturas que foram construídas tiveram participação coletiva. Foi dessa maneira que se ergueu o galpão onde está instalada a mini-usina e a sede da associação, onde funciona também um telecentro de informática, construída recentemente.

A participação dos moradores envolvidos no projeto na tomada de decisões, trouxe mudanças importantes em seu comportamento, com um sensível aumento de sua auto-estima e capacidade de se manifestar.

Nesta última, houve a participação popular não só como mão-de-obra, mas também na compra do terreno, que teve seu custo dividido entre os membros da associação.

Eventos semelhantes têm ocorrido de modo geral entre as comunidades envolvidas. Um exemplo marcante é a construção ou a reforma de instalações de telecentros de informática. A partir de uma articulação do COEP com o Ministério das Comunicações, as comunidades foram incluídas no Programa GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), recebendo por essa via, o equipamento necessário, de computadores a antenas, para a instalação das salas. As comunidades, sem exceção, se organizaram para participando da construção, seja com a mão de obra, seja com parte do material ou articulando-se com os poderes locais para obtenção de apoio.

Um exemplo marcante é a construção ou a reforma de instalações de telecentros de informática.

Já há exemplo, inclusive, de organização entre comunidades para a venda de Algodão. A safra de 2003 de Barro – CE e de São José de Piranhas – PB, que são duas comunidades próximas, foi comercializada em conjunto. Isso permite que se obtenham melhores condições para a venda já que aumenta o volume de produto oferecido, otimiza o transporte podendo reduzir custos com frete, por exemplo. Espera-se que com a interligação das comunidades via Internet, através dos telecentros, a possibilidade de venda em conjunto aumente.

Espera-se que com a interligação das comunidades via Internet, através dos telecentros, a possibilidade de venda em conjunto aumente.

Em vários casos a introdução do projeto trouxe em seu bojo melhorias estruturais às comunidades, exemplos são a instalação de energia elétrica ou sua conversão de monofásica a trifásica. Dois casos patentes são as comunidades do Assentamento Margarida Maria Alves em Juarez Távora – PB e o de Quixabeira. No primeiro local, onde se desenvolveu o piloto do Projeto, não havia luz elétrica até a chegada da mini-usina, havendo a necessidade de instalar uma rede para o seu funcionamento, esse fator somou-se aos esforços da comunidade e a rede foi instalada, atendendo atualmente à totalidade das residências. Em Quixabeira havia apenas rede monofásica e atualmente a rede que serve à mini-usina é trifásica, o que abre possibilidades para um futuro redimensionamento do transformador para que a linha possa se estender à residências na comunidade.

Com a transformação social ocorrida nas comunidades os moradores tornaram-se mais confiantes, conscientes da importância de seu trabalho e da qualidade da sua produção. Esta postura possibilitou a criação de novas relações, dentro da própria comunidade – mais confiança, respeito mútuo e parceria. O que se viu foi a criação de um núcleo gerador de trabalho e renda, um vetor de crescimento e mudança social, que possibilitou ao COEP a articulação de novas parcerias para a agregação de outros projetos – inclusão digital, alfabetização e gestão – bem como ações saneadoras de problemas existentes no local, como água, alimento e energia.

Fruto dessas articulações, está sendo desenvolvido também nesses municípios, um projeto para a implantação de cisternas de placa nas residências e barragens subterrâneas; transferência de tecnologia para a produção de forrageiras e criação de ovinos e caprinos como fonte de alimento para os moradores; implantação de viveiros de mudas para a produção de madeiras propícias ao uso em fogões de queima limpa.

Há muito ainda por fazer. O desenvolvimento dessas comunidades está apenas começando. Mas o sucesso das ações iniciais já permitiu que se pensasse na ampliação do escopo e da abrangência do Projeto. Uma nova iniciativa do COEP com o apoio dos mesmos parceiros envolvidos no Projeto Algodão Tecnologia e Cidadania passa a trabalhar nas comunidades com outras questões como a captação e armazenamento de água em cisternas, construção de barragens subterrâneas, criação de pequenos animais, implantação de viveiros de produção de mudas de espécies produtoras de lenha, madeira e frutíferas, educação à distância, inclusão digital entre outras ações que contribuam no desencadeamento e continuidade de um processo participativo de desenvolvimento social e humano. Além disso novas 23 comunidades passarão a fazer parte do projeto iniciando atividades de plantio, processamento e organização comunitária semelhantes às levadas a cabo nas primeiras comunidades, aqui retratadas.

O desenvolvimento dessas comunidades está apenas começando. Mas o sucesso das ações iniciais já permitiu que se pensasse na ampliação do escopo e da abrangência do Projeto.

A produção de algodão

A área de produção aumentou, paulatinamente, nas comunidades. A adesão ao cultivo, na maioria das vezes, dependeu da comprovação por parte

do agricultor de que plantar e processar vale realmente a pena. Normalmente, após comprovar a eficiência do processo trabalhando ou observando o trabalho em uma área coletiva ou através da constatação de que outros agricultores da comunidade obtiveram lucro, o agricultor implanta ou amplia sua área de produção. É possível de se observar através do Gráfico 1 o grande aumento na área plantada a partir de 2004, período em que o projeto alcança um nível maior de consolidação. Considere-se nesse gráfico que o número de agricultores é semelhante ao número de famílias envolvidas e que aqui não estão contabilizadas as famílias que interromperam o cultivo devido a fatores climáticos.

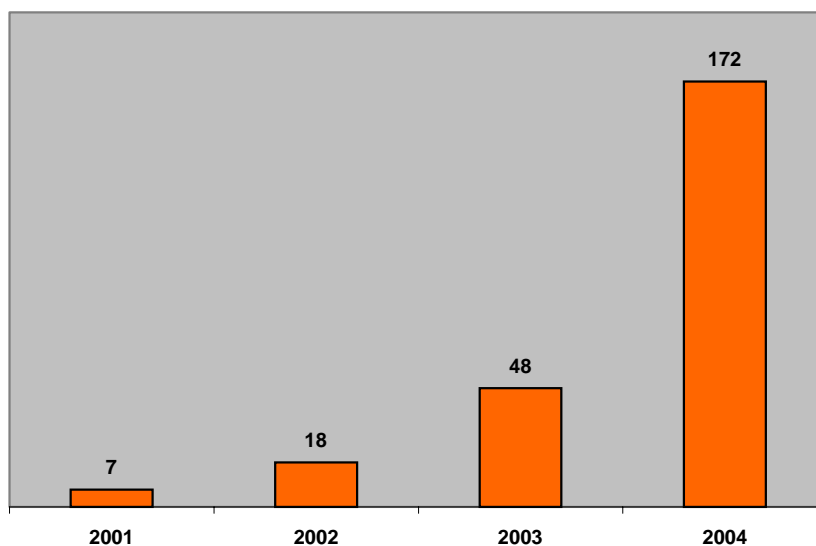


Gráfico 1: Agricultores envolvidos no plantio de algodão
Fonte: COEP (dados do projeto)

Nos primeiros anos os números são reduzidos e em alguns casos, como no Barro – CE ou em Nova Cruz RN em 2002, havia apenas indivíduos cultivando uma área coletiva. Já em 2003 e 2004 o crescimento do número de plantadores foi bastante acentuado, envolvendo agora áreas de cultivo particulares e, em vários casos, novas áreas coletivas que, além de estimular novos agricultores a plantar, gera renda para as associações comunitárias.

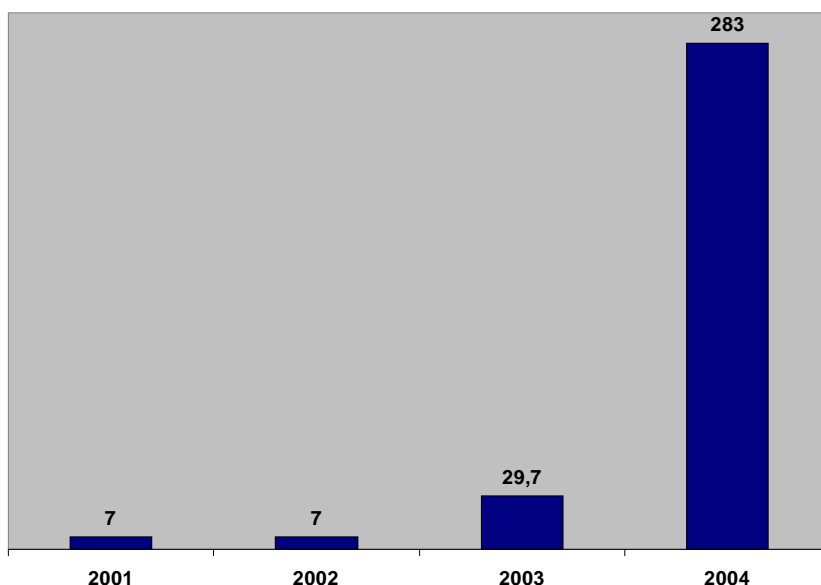


Gráfico 2: Evolução na área de plantio de algodão (ha)
 Fonte: COEP (dados do projeto)

Abaixo estão descritos alguns exemplos reais ocorridos durante a execução do projeto. Alguns dos resultados alcançados são visíveis quando comparamos alguns números:

- No município do Barro – CE, no início do projeto, em 2002, havia 5 agricultores plantando em uma área coletiva de 1 ha de acordo com as técnicas e metodologias apresentadas pelo projeto - hora certa de plantar, obedecendo ao zoneamento agrícola do local, utilização dos defensivos na medida correta, uso de curvas de nível e outras. Após a primeira safra, os resultados obtidos fizeram com que o número subisse para 8 agricultores, cultivando agora em suas próprias áreas. Em 2004 o número de agricultores que aderiram ao plantio foi de 45, ampliando a área plantada para cerca de 51 ha e trazendo uma nova dimensão ao projeto.
- O Sr. Severino, da comunidade do Assentamento Margarida Maria Alves no município de Juarez Távora na Paraíba, plantou 1ha de algodão, obteve uma produção de 1453 Kg. Processou toda sua produção e vendeu pluma e caroço em separado obtendo um lucro de aproximadamente R\$ 1909,00. Caso houvesse vendido sua produção em estado bruto (em rama) seu lucro seria de aproximadamente R\$ 1139,00 Ou seja, a venda do produto processado ofereceu um retorno cerca de 67% maior do que a venda em rama, conforme demonstra o Quadro a seguir.

[...]a venda do produto processado ofereceu um retorno cerca de 67% maior do que a venda em rama[...]

Comercialização	Valores unitários (R\$/Kg)			Renda por item (R\$)			Custos produção* (R\$)	Renda Líquida
	Rama	Pluma	Caroço	Rama	Pluma	Caroço		
1453Kg em Rama	1,25			1816,25			677,35	1138,90
1453Kg processados		3,86	0,70		2018,78	640,50	750,00	1.909,28

Quadro 1: Dados de venda de produto processado e simulação de venda em bruto (Juarez Távora – PB – Produtor Sr. Severino)

Fonte: COEP (dados do projeto)

*Custo de beneficiamento considerado: R\$ 50,00/ton.

- Num outro caso, em Barro, no Ceará, o Sr. Francisco vendeu sua produção em estado bruto. De sua área de 1,05 ha colheu 1.300 Kg de algodão, vendendo-o a R\$ 1,10/ Kg. Descontando os custos de produção, sua renda com a cultura foi de R\$ 850,00. Considerando os valores na região nessa época, se houvesse vendido a produção após processá-la seu lucro seria de aproximadamente R\$ 1.411,00, ou seja, cerca de 66% maior. O Quadro abaixo demonstra os números:

Comercialização	Valores unitários (R\$/Kg)			Renda por item (R\$)			Custos produção* (R\$)	Renda Líquida
	Rama	Pluma	Caroço	Rama	Pluma	Caroço		
1300Kg em Rama	1,10			1430,00			580,00	850,00
1300Kg processados		3,26	0,70		1483,30	573,3	645,00	1411,60

Quadro 2: Dados de venda de algodão bruto e simulação de venda processado (Barro - CE Produtor Sr. Antônio)

Fonte: COEP (dados do projeto)

*Custo de beneficiamento considerado: R\$ 50,00/ton.

Deve-se também considerar entre os resultados a absorção de técnicas mais adequadas ao cultivo do algodoeiro. O uso de sementes de variedades mais adaptadas às condições locais, a aplicação de tratamentos culturais como a cata de botões florais atacados pelo bicudo (o que reduz a infestação), a colheita com sacos de algodão e cuidados no armazenamento para evitar a perda de qualidade da fibra, o plantio em curvas de nível para conservar o solo, entre outras práticas, têm sido cada vez mais adotadas entre os produtores. Esse fator por si só cria condições para o aumento do rendimento da produção em quantidade, qualidade e portanto da redução de custos.

Município	Agricultores	Área Plantada (ha)	Produção Total (Kg de rama)
Juarez Távora - PB	7	7	7400
Barro – CE	0	0	0
São José de Piranhas - PB	0	0	0
Nova Cruz – RN	0	0	0
Total	7	7	7.400

Quadro 3: Detalhamento da produção em 2001
Fonte: COEP

Município	Agricultores	Área Plantada (ha)	Produção Total (Kg de rama)
Juarez Távora - PB	5	5	4100
Barro – CE	5*	1	1000
São José de Piranhas - PB	0	0	0
Nova Cruz – RN	8*	1	1200
Total	18	7	6.300

Quadro 4: Detalhamento da produção em 2002
Fonte COEP
*Em área coletiva

Município	Agricultores	Área Plantada (ha)	Produção Total (Kg de rama)
Juarez Távora - PB	9*	9	7600
Barro – CE	8	5,5	6500
São José de Piranhas - PB	13*	4,5	4900
Nova Cruz – RN	18*	10,7	9000
Total	48	29,7	28.000

Quadro 5: Detalhamento da produção em 2003
Fonte: COEP
* áreas próprias + áreas coletivas

Município	Agricultores	Área Plantada (ha)	Produção Total (Kg de rama)
Água Branca - AL	44	97,8	0
Juarez Távora - PB	17	26	8.000
Barro – CE	45	50,75	38.462
São José de Piranhas - PB	34	43,2	34.644
Nova Cruz – RN	17	30	10.967
Surubim - PE	15	35,5	13.655
Total	172	283	104.921

Quadro 6: Detalhamento da produção em 2004
Fonte COEP

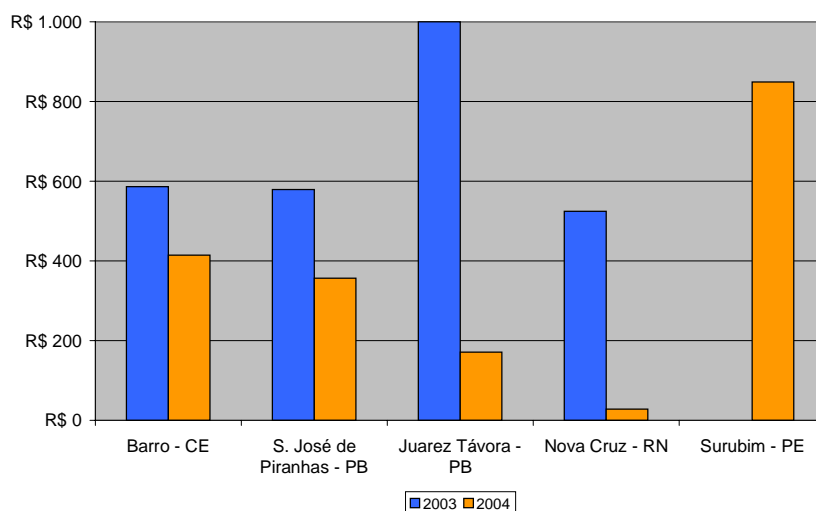


Gráfico 3: Renda líquida média obtida pelo agricultor na venda do algodão
 Fonte: COEP

O município de Bezerros e de Cumaru – PE não estão incluídos, já que a comunidade do primeiro, apesar de constar do zoneamento agrícola para a cultura não apresentou condições de clima favoráveis e teve as atividades relacionadas ao cultivo do algodão transferidas para Surubim, no segundo não há o desenvolvimento do trabalho de cultivo de algodão, para lá foi transferido o tear que seria instalado em Bezerros e desenvolvidas as demais atividades como a instalação de telecentro. Na comunidade de Quixabeira – AL devido a ocorrência de secas muito severas em várias safras seguidas houve frustração total da produção, embora a comunidade tenha se desenvolvido muito positivamente em outros fatores como na questão da organização comunitária, já anteriormente detalhada.

8 Depoimentos

Das comunidades

Cícera Maria Campos da Silva

Quixabeira, Água Branca (AL) – Em entrevista

Esse encontro foi maravilhoso. Era uma coisa que esperávamos há muito tempo e agora aconteceu. Estamos saindo daqui bem, abastecido, com muitas coisas importantes, que vamos poder levar para aquelas pessoas que não puderam vir e estão lá ansiosos esperando por nós para podermos passar essas novidades, essas coisas maravilhosas. E como a máquina está chegando lá na nossa comunidade na próxima semana, já estamos acompanhando aqui o desenvolvimento do trabalho. Com o tear, nós temos tudo pela frente para melhoras para nossa comunidade. Nós temos a credibilidade de crescer em todas as partes: com o tear e com a máquina. Com a chegada do tear, acho que vai ser uma coisa extremamente maravilhosa. Não só pra mim como para todos da nossa comunidade e circunvizinhas porque sempre vai chegando mais um e se engajando cada dia mais crescendo a produção. E é isso que a gente espera de compartilhar o que a gente aprendeu aqui com todos. Com todos que estão lá preparados, esperando a gente chegar com essas novidades pra podermos dar um passo melhor ainda, né? Melhor do que a gente já está dando. Isso daqui é tudo que a nossa comunidade está esperando agora nesse Encontro. Nós devemos agradecer primeiramente a Deus, pela oportunidade que ele nos deu e agradecer a toda equipe do COEP que foram lá, deram a mão a gente, trouxeram a gente até aqui, apresentaram tantas coisas maravilhosas.”

Damião Gomes da Silva

Comunidade de Nova Cruz (RN)

As dificuldades são grandes, mas apesar de tudo temos um dos melhores assentamentos da região. Temos 1930 hectares de terra, das melhores terras da região, 60 famílias, 400 hectares de capim braquiária, temos entre açudes e lagoas 116, que podemos puxar água se tiver uma seca, temos as casas já saneadas com energia e água e ainda temos uma sede da associação. A nossa dificuldade maior é trabalhar com pessoas, fazer com que as pessoas trabalhem em comunidade. Essa dificuldade a gente sente em todas as comunidades existentes. Sem dúvida, conversamos, nos reunimos, mas parte da comunidade ainda não acredita e gosta de trabalhar individualmente.”

Edmilson Gomes da Silva

Agente de Desenvolvimento Comunitário do Projeto Algodão em Nova Cruz (RN)

Começamos esse trabalho em Nova Cruz e o primeiro ano foi em 2002, onde plantamos numa pequena área e colhemos 1400 quilos de algodão. Em 2003 já plantamos quase 20 hectares de algodão. Isso que dizer que a cultura do algodão em Nova Cruz estava esquecida devido ao bicudo. Vocês sabem que quando o bicudo chegou aqui e fez com que o agricultor realmente perdesse a esperança. Queria agradecer ao COEP por esse incentivo no projeto. Nova Cruz graças a Deus teve a oportunidade de fazer parte desse projeto e de incentivar as comunidades vizinhas a também plantar algodão. No futuro, esperando plantar uma área comunitária, em torno de 20 hectares de terra. Cada agricultor também está muito incentivado. Esse ano a praga não apareceu, o pessoal que plantou estão colhendo. Então o projeto de revitalizar o plantio do algodão no nosso município veio numa hora muito boa.

Francisco Manoel Sobrinho, o Bezerra

Um dos líderes da comunidade do Barro (CE) – Em entrevista

O projeto algodão é pra nós é uma experiência nova em termos de projeto, mas um pouco antiga em termos de conhecimento com o algodão. Pois nós já temos bastante experiência com o algodão. Tivemos sucesso, também decepções, mas mais sucesso do que decepções. Muito por não estar preparado para as mudanças que aconteceram principalmente na cultura do algodão. E esse projeto chegou em boa hora. Basta dizer que o sucesso da comunidade depende dela mesma. Porque é um projeto rotativo, que se a comunidade não abraçar, num futuro bem próximo ele sairá da comunidade. Quer dizer, só depende da própria comunidade. Por isso é que nós apostamos tudo nesse projeto e achamos que ele dá certo. Porque é uma maneira de se agregar valor, vestir no agricultor uma camisa de melhor qualidade porque não é fácil. É danado quando se rasga uma camisa na roça e não tem com o que comprar outra. E nós vimos nesse projeto que é possível, quando a camisa estiver um pouquinho ruim já ter uma nova camisa guardada em casa para o agricultor usar.

O plantio esse ano de 2003 na minha comunidade foi com bastante sucesso graças à situação climática que ofereceu bastante condição. Basta dizer que eu particularmente tinha uma área que foi produzida orgânica, não apliquei nenhum tipo de inseticida e produziu bem, considerando as dificuldades encontradas.

Com a experiência que nós temos, para 2004 deverá se ampliado em torno de 50, 70% de acréscimo nas áreas. Voltando um pouquinho no tempo, em 98, a nossa comunidade produziu 4.480 rubas de algodão. Como o agricultor não era preparado, ele pensou que o bicudo era brincadeira. O bicudo foi um problema seriíssimo na nossa comunidade. Nós pensávamos que era brincadeira e não é. Requer muita organização, muita união e também o fato de não desisti. O algodão ainda é hoje a grande solução, principalmente para o pequeno agricultor, aquele que sofre tanto na área da agricultura.

O encontro dos agricultores foi muito rico. Foi uma troca de experiência, da qual veio nos transmitir muita informação e mais um pouquinho da técnica da qual não estávamos adaptados, pelo motivo de estar sendo renovado a cada dia que passa. A comunidade ou o agricultor que não fez um esforço para estar presente aqui nesse encontro perdeu muito com isso, pois nós somos uns voluntários que abraçamos essa causa por gostar do que fazer, por amor a esse movimento. Financeiramente melhoramos a vida de cada um, mas não recebemos nada por prestar esse serviço. Mas veja bem, num futuro bem próximo, estaremos recebendo, para o bom entendedor, porque estamos levando mais experiência para a nossa comunidade e conseqüentemente melhoria de vida para a comunidade e para o próprio município em que vivemos nele.

Francisco Weggles

Agente de Desenvolvimento Comunitário do Projeto Algodão, São José de Piranhas (PB)

Quando eu cheguei na comunidade, conversando com uma senhora, ela me dizia que aquele campos ali a gente não tiraria sequer algodão para fazer um “pavio de candeeiro”. Aquilo me entristeceu e olha que eu não fico triste com pouca coisa não. E comecei a desenrolar o trabalho. Quando comecei a colher algodão, coloquei um pouco no bolso e fui na casa daquela senhora. Disse Dona Rosa, os primeiros “capulhos” de algodão para a senhora fazer seu “pavio”. Depois de acreditar, plantar e colher. Ela colheu 820 kg de algodão em 0,9 hectare. Lá tivemos muito boa a produção neste ano. “

Em entrevista

Este ano plantamos 11 hectares de algodão, já colhemos e já foi beneficiado. Esse algodão foi vendido na cidade vizinha, que é Cajazeiras, e já tem uma usina de algodão. Lá eles têm uma usina de tecelagem e eles compraram nosso produto de 49 reais a arroba de pluma de 15 quilos. Então foi um projeto que teve grande êxito porque nós espe-

rávamos uma produção de 1000 quilos por hectare e conseguimos colher 1350 quilos por hectare. Está tendo muita divulgação do projeto. Começamos com duas comunidades e hoje estamos trabalhando com 48 comunidades, não prestando assistência técnica a todas, mas estamos trabalhando em parceria com a Emater e estamos fazendo reuniões conscientizando o pessoal a voltar a plantar algodão e a Emater a prestar assistência técnica. Com o trabalho com as próximas comunidades cogita-se 100 hectares de algodão para o próximo ano (2004).

José Dias

Emater, de São José de Piranhas (PB)

Encontrei o responsável pela usina em Cajazeiras, em Terezinha, e ele me disse que trabalha com algodão há 30 anos e nunca viu uma pluma de tanta qualidade quando essa. Conheci o beneficiamento algodão e o COEP está de parabéns!

Luiz Rodrigues da Silva, o Betinho

Um dos líderes do Assentamento Margarida Maria Alves, de Juarez Távora (PB)

Pra gente a usina foi muito bom, se a praga não complicasse tanto as coisas, a realidade seria outra. 90% da gente plantaria algodão. Fomos obrigados a parar de plantar algodão por achar que não tínhamos condições. Hoje nós plantamos, mas ainda tivemos medo. Mas graças a Deus a praga não atacou esse ano e muita gente se arrependeu porque não plantou. Agora está bom. Temos a usina para melhorar as coisas. Às vezes tem uns que não acreditam ainda. Eu graças a Deus acredito porque estou vendo o trabalho. Sei planejar como a gente pode trabalhar, vejo que tem lucro, agora não é lucro pra mo de querer enricar. Mas que temos lucro, temos. Em um quilo de algodão, o cara vende pro atravessador, lucra 300, 350 ou 400 contos a mais. Que lucro melhor do que esse que a gente quer? Tudo depende da gente, né isso? A gente tem que trabalhar. Eu acredito no algodão. Sem o algodão a gente não compra uma roupa assim tão fácil, não. Por quando plantamos de milho e feijão, isso é coisa da gente comer. O algodão temos que vender de qualquer maneira, para comprar uma roupa pra gente se manter também. Comprar um objeto, uma morrinha de vaca, comprar o que precisar... a roupa dos filhos, um troço para dentro de casa. É o que podemos fazer do algodão. Com outra coisa não podemos fazer isso não. Agora acreditando nele, se não acreditar para enfrentar e plantar, não tem vantagem não. Ou enfrenta e planta ou desiste. A solução é a união de todos para enfren-

tar a praga e acreditar no algodão. É não ter medo da praga e enfrentar ela. Na verdade é saber viver com ela, se não souber viver com ela, a gente nunca vai ter acesso a nada também.

Desde 1964, 1965 eu vivo do algodão. Meus pais também vieram do algodão. Só que naquela época não existia essa praga. Dos anos de 1975, quando a praga chegou, ninguém sabia o que era, ninguém conhecia e ninguém sabia o que estava estragando nosso trabalho. Hoje em dia, através do trabalho e conhecimento, a gente já sabe o que é. Agora temos que saber conviver com ele também. Temos que saber o tempo de plantar, pegar os invernos para aproveitar e plantar. Ou o homem aprende a trabalhar direito, com a praga, ou não adianta.

Eu fico bem agradecido e agradeço a Deus de vocês estarem aqui junto conosco. Pra mim é um prazer muito grande nessa mini-usina, junto com nossas máquinas, nosso algodão colhido. Somos um grupo de irmão e eu só tenho que agradecer a Deus e a esse projeto (Betinho, recebendo as comunidades participantes do Projeto na mini-usina do Assentamento).

Margarida da Silva Alves

D. Preta, de 36 anos

Professora de jovens e adultos no Assentamento Margarida Maria Alves, de Juarez Távora (PB)

Aqui no assentamento é muito dividido. Tem pessoas que acreditam no trabalho do algodão, outros não acreditam. Eu e meu marido acreditamos. A maior parte daqui acredita que o podemos voltar a plantar e colher muito algodão. Os que não acredita pensam pequeno. Nós somos privilegiados, morando num lugar afastado de tudo e temos assistência do projeto a qualquer hora que chamar. Então acredito que seja um privilégio. Nosso assentamento já passou até no Globo Rural. Isso foi através do projeto. Um rapaz do Sergipe veio bater aqui na minha porta e perguntar coisas sobre o algodão e queria ver nossa plantação. Ele comprou a pluma através desse nosso conhecimento que tivemos lá fora. Isso tudo foi graças ao projeto.

Com esse inverno último, nossa renda já melhorou. A gente planta o feijão, o milho, mas são culturas que a gente tem que deixar em casa. O feijão é para comer, o milho é para criar os bichos e para se manter também. Mas não sobra um dinheirinho. Se vender o feijão vai passar fome, se vender o milho não pode criar os bichos. O algodão a gente vende ele e tem um pouco de renda onde você vai comprar uma roupa pra um filho, uma sandália, uma coisa para dentro de casa. A venda do algodão completa a renda que estava faltando.

O tear é uma nova fase. Tenho a esperança dentro de mim de que vai dar certo e ajudar na renda. Tô animada para aprender e passar para as outras mulheres do assentamento. Tudo que a gente faz a gente quer acreditar.

Temos terra, filhos saudáveis e força de vontade, para completar o sonho só precisamos de uma fonte de renda para viver melhor aqui. Essa fonte de renda poderia estar no plantio do algodão.

Paulo Campos

Presidente da Associação da Quixabeira e Covões de Cima (Água Branca, AL)

Até então a comunidade de Quixabeira nunca tinha trabalho no coletivo. Com a chegada desse projeto, os moradores fizeram um mutirão para erguer a nossa associação e o galpão para receber as máquinas da mini-usina.

A Quixabeira fica na caatinga e já vem sofrendo dois anos. No ano passado sofreu com a falta de chuva. O pessoal teve que tirar feijão e milho da plantação para comer. Nossa cultura lá é a do feijão e do milho. O algodão, vamos dizer assim, é um paliativo. Planta no verão para comprar uma roupa para ir para a festa, para tomar uma cerveja, uma coisa e outra... O algodão deu, mas foi fraco pela falta de chuvas. Neste ano tivemos 50 agricultores plantando algodão. Plantamos em julho e estamos colhendo agora. Os outros estão esperando chover. O pessoal está animado!

Rizeudo Alves Nascimento

Marido da D. Preta e dono de um mini-bar no Assentamento Margarida Maria Alves, de Juarez Távora (PB)

As dificuldades de Juarez são muitas. Por faltar união e confiança, uma parte dos agricultores ainda não entende o projeto. Mas graças a Deus, a grande maioria de nós já está entendendo as coisas e participando. É muito difícil acreditar que o algodão seja possível.

Eu me sinto feliz de participar desse programa. Pelo menos eu não sabia sair de dentro de minha casa para participar de uma reunião. Sou praticamente um analfabeto. Assino nome ou leio uma coisinha à toa, mas não sabia conversar e nem entrar e sair. Mas depois desse programa a gente está se desenvolvendo, escutando e aprendendo e quanto mais melhor.

Ronácio Adriano Santos

Agente de Desenvolvimento Comunitário do Projeto Algodão em Água Branca (AL)

Infelizmente neste ano de 2003, ano da chegada da máquina na comunidade, em Quixabeira tivemos o problema de irregularidade de chuva. Geralmente plantamos em abril e maio e este ano não houve chuva nestes meses. O nosso algodão foi plantado no mês de julho. Mas o fato da comunidade de Quixabeira estar no projeto Algodão não foi por acaso, né?! A comunidade de Quixabeira tem a tradição em plantar algodão e como também tem um grande potencial nesta cultura. Eu acho que o importante é a comunidade está envolvida neste processo do projeto algodão. Já se vê algumas conquistas alcançadas como por exemplo a construção do galpão que foi construída com o mutirão, com dificuldades em relação a comunicação de lá, que até o celular fica fora da área de abrangência e nós não temos como nos comunicar. Estando na Quixabeira, estamos praticamente isolados.

De alguns parceiros

CHESF

João Bosco

Diretor Administrativo

A Chesf, durante a sua história de mais de 50 anos, tem sido uma grande propulsora do desenvolvimento do Nordeste, com vistas à melhoria da qualidade de vida da sua população. A Empresa está comprometida com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Nas decisões empresariais contempla esse critério, considerando, inclusive, a sustentabilidade para as futuras gerações.

A decisão de apoiar o Projeto Algodão, Tecnologia e Cidadania, em parceria com várias instituições, dentre elas o Ministério de Ciências e Tecnologia e o COEP, tem algumas razões. A política de responsabilidade social da Chesf para com a comunidade atende às diretrizes do Governo Federal, para promoção à inclusão social e geração de trabalho e renda. A cultura do algodão é, talvez, a cultura que pode gerar mais trabalho e renda para a população nordestina, por ser totalmente compatível com o solo e o clima da região. O projeto Algodão tem, portanto, enorme potencial para agregar valor social, ambiental e econômico para a população nordestina.

O algodão é uma cultura apropriada para o semi-árido. Já foi a mais importante cultura dessa região, antes de ser dizimada pela praga conhecida como “bicudo”. O projeto iniciou com a implantação de uma célula para re-introdução da planta e beneficiamento do algodão. Foi replicado nos vários estados nordestinos e tem um grande efeito demonstrativo. Os resultados obtidos pelos pequenos agricultores participantes do projeto comprovam o seu sucesso. A demonstração da viabilidade econômica da cultura do algodão no semi-árido tem levado muitos pequenos produtores a se interessarem por essa cultura, ampliando seu plantio.

A Chesf tem participado de várias maneiras. Financiando a compra de máquinas. Facilitando a logística. Disponibilizando computadores para instalação de telecentros, para que os produtores dos diversos pólos de desenvolvimento comunitário integrado, conversem entre si.

Além do plantio do algodão, o projeto contempla a organização comunitária no sentido da auto-gestão. Cada comunidade tem o seu núcleo gestor. Assim, faz parte do projeto uma estrutura que contribui para a sua sustentabilidade e expansão.

A Chesf continuará participando do Projeto Algodão, Tecnologia e Cidadania, bem como continuará a apoiar projetos dessa dimensão social.

COEP

Gleyse Peiter

Secretária-Executiva do COEP Nacional – Em entrevista

Estamos hoje aqui em Juarez Távora, dois anos depois da implantação do projeto. Fizemos o primeiro encontro dos agricultores de todas as comunidades que estão envolvidas e fizemos uma reunião com eles para troca de experiência, acompanhamento e avaliação do projeto. Viemos hoje aqui em Juarez para inaugurar o primeiro tear, que é uma nova fase do projeto da cadeia do algodão ainda, então todos os agricultores vieram aqui para conhecer. E, quando pensamos que tipo de resultado tem esse projeto depois desse tempo, tem vários indicadores que podemos observar. Temos os indicadores econômicos, com a melhoria de renda deles, os indicadores locais, que quando olhamos percebemos que as casas foram melhoradas, com água, que houve uma melhoria visível, mas tem outra melhoria que não há indicador que possa medir: que é a diferença que aconteceu na vida deles como pessoas. Nos depoimentos que nós assistimos, eles falaram que agora estão mais independentes, que eles se colocam melhor, que exigem o preço pelo produto deles e ficaram pessoas

muito mais confiantes neles mesmos. Não só no trabalho deles, mas em toda a comunidade. As associações estão muito fortalecidas. Temos visto um trabalho comunitário importante e crescimento grande dessa atuação deles em conjunto. A idéia que temos é que eles ficaram mais fortes individualmente e coletivamente nas associações. Então acho que isso é um grande ganho do projeto e não há indicador que meça isso e só conseguimos ver isso quando viemos aqui. É uma alegria novamente estar aqui e acho que é muito importante para o projeto sempre estarmos acompanhando para ter essa noção.

COPPE/UFRJ

Ricardo Pereira

Coordenador de Convênios e Projetos

“O Bandeirantes da CHESF decola do Aeroporto de João Pessoa rumo ao sertão paraibano. Estamos, Angela, André, Gleyse, eu e mais um grupo de pessoas de outras instituições partindo para uma visita ao Projeto Algodão, conduzido pelo COEP, que pretende reintroduzir essa cultura em cinco estados do chamado semi-árido nordestino. Ali, mais de dois milhões de pessoas perderam seus empregos nos algodoadais, fruto dos ataques da praga do “bicudo” e da abertura intempestiva do mercado nacional, no início dos anos noventa.

Uma hora e pouco depois aterrissamos no poeirento campo de aviação de Souza, bem mais para lá de Campina Grande, cidade que vimos passar do alto como uma mancha de civilização em meio à paisagem calcinada da caatinga, naquele dia de “verão” nordestino.

Uma van nos leva agora pelo ventre do sertão ressequido, onde tons de marrom e cinza se estendem até o recorte das serras no horizonte, interrompidos de vez em quando por respingos de tinta verde, juazeiros e algarobas, único sinal visível de que a vida vegetal ali estava, latente, pronta a explodir aos primeiros sinais das chuvas do “inverno”, que hão de vir, com a graça de Deus e do “Padim Padi Ciço”. Pequenos veios de estrada arenosa retalham a caatinga conduzindo o viajante sabe-se lá aonde, lugares certos de perdição para aventureiros desavisados. Pelo caminho, de quando em vez, um casebre humilde, uma roça que resiste, algumas crianças em meio a muitas cabras e poucos porcos - garantia de sobrevivência se a seca apertar mais do que já arrocha o sertão. E as cercas de galhos trançados, sempre presentes. A beleza dura da paisagem desafia a nomenclatura oficial: semi-árido? Meu Deus, como então será o árido?

A van sacoleja, galga um morrote e a surpresa: em meio a casinhas dispostas sem muita preocupação, dezenas de sertanejos, famílias inteiras, nos aguardavam com paciência, artigo que, juntamente com a fé, não falta por aquelas bandas do sertão brasileiro. Tínhamos, sem saber, cruzado a fronteira estadual e estávamos entrando na Comunidade de Engenho Velho, município de Barro, no Ceará.

De repente, parecia que aqueles personagens tão decantados pelo nosso saudoso Gonzagão, tomavam forma e se materializavam em minha frente. Saltavam direto das estrofes do Velho Lua os Januários, Rosinhas, Severinos e Carolinas que tanto povoaram meu imaginário de garoto. Não com gibões e chapéus de couro, mas com seus trajés de festa, certamente os melhores que tinham. Vidas secas, duríssimas, vidas brasileiras.

Cumprimentei a cada um. Em resposta, apenas um amável resmungo entre acanhado e altivo:

- [...]mmdia!

E havia as crianças, tímidas, mas que aos poucos ensaiavam uma pergunta, um pedido:

Tira uma foto da gente?

Em meio àquela pequena multidão de rostos intrigantes e intrigados, meu olhar se dirige à parede da sede da pequena usina de beneficiamento de algodão, prestes a ser inaugurada, que este era o motivo principal de nossa vinda. Me emociono. Ali, cuidadosamente pintado sobre a cal, o logotipo do Projeto não deixava dúvidas. Circundando a frase “Algodão: Tecnologia e Cidadania - COEP”, entre outros parceiros, vejo: COPPE/UFRJ. Sou tomado por uma sensação estranha, de algo fora do tempo, do espaço e do contexto. Mas não. Alguma coisa está acontecendo neste pedaço perdido de sertão e mudando a vida de um punhado de nossos irmãos e, ainda que de forma indireta, um pouco do que acontecia ali tinha nossa participação. E tão longe dos contornos da Ilha do Fundão, pensei.

Na modesta solenidade de inauguração, os discursos dos líderes comunitários, gente de poucas letras, contrastavam com os chavões dos representantes da classe política pela coerência e força dos dados concretos sobre os ganhos já conquistados, ressaltando a importância do trabalho conjunto, da adoção da tecnologia, do resgate do orgulho, dos acenos promissores do futuro. E, no coração de todos, a gratidão que se percebia sincera pelo trabalho articulado pelo COEP.

Em São José de Piranhas, de volta às terras paraibanas, local de outra inauguração, cenas parecidas se repetem. De novo, o povo com suas melhores roupas. De novo, o logotipo na parede impecavelmente branca. De novo, os discursos. De novo, aquela sensação de participar, reforçada pela certeza de que se pode fazer algo concreto junto com aqueles brasileiros, que tanta vontade retomar o destino de suas vidas têm demonstrado.

No voo de volta, compartilhando da cabine dos pilotos, olho de forma mais ampla aquela caatinga que se alastra pelo horizonte, não apenas pela visão privilegiada que dois ou três mil pés de altitude me permitiam descortinar, mas sim pelo que tinha visto, ouvido e sentido naquelas poucas horas em contato com a realidade de uma parte do povo brasileiro que tanto nos comove e orgulha. Quero voltar.

EMBRAPA

Robério Ferreira dos Santos

Chefe Geral da Embrapa Algodão

José Mendes Araújo

Pesquisador da Embrapa Algodão

A importância da participação da Embrapa Algodão no Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania

No Nordeste brasileiro, exceto nos cerrados da Bahia, o algodão é predominantemente explorado por agricultores familiares, que se constituem em maioria na região. Produzir algodão nessa região é uma atividade mais do que secular, altamente importante para a agricultura familiar, produzida em uma área considerada árida e semi-árida. Devido a isto, o algodão se coloca como a principal opção fitotécnica, haja vista ser uma cultura bem tolerante à seca.

Em função da grande decadência do algodão ocorrida no final da década de 80, a Embrapa Algodão aceitou o convite feito pelo COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida, para ser parceira no Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania, executado no âmbito de cinco estados nordestinos: Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Dessa forma, a Embrapa Algodão, pela sua vasta experiência em pesquisa e transferência de tecnologia, especialmente com a cultura algodoeira, passou a ser parceira do COEP, no Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - OFICINA SOCIAL, contribuindo para a trans-

ferência das tecnologias de cultivo, manejo integrado de pragas, preparo e conservação do solo, colheita, manejo pós-colheita, mini-usina de beneficiamento, entre outras. Utilizando as tecnologias geradas pela Embrapa Algodão e apropriadas ao semi-árido nordestino foi possível aumentar a produção e a produtividade do algodão, a qualidade da fibra e o rendimento dessa cultura.

Outro ponto relevante a ser considerado nessa parceria é a oportunidade que a Embrapa, na qualidade de empresa de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, passou a usufruir ao executar uma metodologia de desenvolvimento, cuja mola propulsora é a capacitação participativa dos agricultores, não só nos aspectos da tecnologia em si, mas também de associativismo, habilitando-os para enfrentarem os desafios da abordagem do desenvolvimento local, despertando o interesse para a adoção de um sistema de cultivo integrado e sustentável, com agregação de valor ao produto como uma saída para a melhoria de vida das famílias, mediante a utilização da mini-usina de beneficiamento do algodão, composta de uma descarçadeira de 50 serras e enfardadeira hidráulica, tecnologia da Embrapa.

Dessa forma, a Embrapa Algodão acredita ter sido uma importante parceira do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania, em cumprimento à sua missão que é de viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio do algodão, amendoim, gergelim, mamona e sisal, por meio da geração e transferência de tecnologias e conhecimentos, em benefício da sociedade.

FINEP

Rodrigo Fonseca

Analista de Projetos

A principal virtude do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania não está em propor a melhoria das condições de vida nas localidades beneficiadas, mas sim na criação de uma metodologia de atuação passível de replicação. A metodologia está baseada ações de difusão de tecnologias relacionadas em temas: temas serão utilizados como agregadores e redefinidores da organização comunitária.

A execução do projeto tem nos ensinado que, apesar dos bons resultados econômicos produzidos, permanece um grande risco das comunidades não conseguirem, devido à (pouca) tradição da organização social e das associações comunitárias, manter e difundir os benefícios trazidos por projetos que atuem de forma pontual sobre os problemas da comunidade.

Consideramos que este projeto apresenta uma forma inovadora de atacar este problema ao buscar agregar à introdução de tecnologias inovadoras para a região, a organização de comunidades em sistemas produtivos integrados e sustentáveis econômica, política e socialmente. Reorganizar as relações produtivas significa também reorganizar as relações sociais. Aí está a tecnologia social a ser desenvolvida neste projeto: Novas formas de distribuição do tempo, do trabalho, da terra e do resultado da produção. Esta nova forma de distribuição é proporcionada, por um lado, pelo desenvolvimento de novas máquinas e por outro, pelo desenvolvimento de novas relações políticas, econômicas e sociais na comunidade. Além do benefício para a comunidade, a descrição e sistematização desta metodologia trará avanços importantes para o entendimento dos processos de desenvolvimento local.

Uma empresa que investe em tecnologia tem que investir em treinamento, através de instrutores especializados, processos de gestão, criando meios de gerenciar a implantação e continuação o processo de inovação. Uma comunidade que absorve processos tecnológicos diferentes dos tradicionalmente utilizados precisa investir em treinamento e em processos de gestão, gerando o aprendizado que será essencial para a implantação e continuidade dos processos de inovação.

Por isso, mais importante do que repassar esta tecnologia para as comunidades, é dotar as comunidades de aparatos comunitários e institucionais que serão instrumentos para absorção de outras tecnologias no futuro, independentemente de outros projetos. Desta maneira a população poderá absorver o conhecimento e transformá-lo por um lado, numa forma de produção de valor e por outro lado, numa forma de reprodução sustentável da comunidade.

A introdução de aparatos tecnológicos e técnicas de produção diferentes tem permitido a maior apropriação dos pequenos produtores do valor gerado na cadeia do algodão. Contudo, é a reorganização das comunidades em Pólos de Desenvolvimento Integrado que vai garantir a apropriação dos ganhos e o protagonismo da comunidade.

É esta tecnologia social que leva a Finep a apoiar este projeto.

Depoimento durante o Primeiro Encontro dos Agricultores do Projeto em Lagoa Seca – PB

Pra Finep o mais importante de vir aqui é aprender como as coisas estão na realidade. Uma realidade diferente do que a gente costuma trabalhar. Trabalhamos muito com empresas, alta tecnologia, univer-

sidades e não temos a oportunidade de trazer tecnologia e conhecimento pro povo que precisa mais e que precisa de um pequeno empurrão para fazer muita coisa. Então acho que para a Finep, mais importante do que apoiar esse projeto, é aprender a trabalhar com a população brasileira em si. E acho que é muito legal vir até aqui e ver o efeito que o projeto pode ter na vida das pessoas. A emancipação na vida de cada um e vida da comunidade. A emancipação como pessoa e a emancipação política. Como eles passam a se entender sua posição na comunidade e dentro da própria família. Acho que não existe só um efeito econômico nesse projeto, existe um efeito de cidadania que era a intensão e o efeito multiplicador que eu acho que vai ser o mais legal. O efeito demonstração do sucesso de cada comunidade tem para as outras é o mais interessante. Começa a trazer o interesse de todo mundo para participar do projeto, para se integrar. Então acho que para a Finep é um orgulho participar dessa iniciativa.

Referências

MOREIRA, J. de A.N.; SANTOS, R.F. dos. *Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil*. Campina Grande: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA-CNPQ; Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1994.

NEVES, O. da S.; JUNQUEIRA, A. A. B. O algodão no Brasil. In: _____. *Cultura e adubação do algodoeiro*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Potassa, 1965.

Números anteriores dos Cadernos da Oficina Social

Caderno 1

Compromisso Social: um novo desafio para as organizações

Caderno 2

Projetos Inovadores da Oficina Social

Caderno 3

Desenvolvimento Local

Caderno 4

Prêmio Mobilização - Edição especial

Caderno 5

Desenvolvimento Local: práticas inovadoras

Caderno 6

Construindo Cidadania em Comunidades de Baixa Renda: da idéia à ação

Caderno 7

Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade

Caderno 8

Multiplicadores Comunitários de Cidadania

Caderno 9

O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias

Caderno 10

**Construindo Alternativas de Geração de Trabalho e Renda:
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**

Caderno 11

A Questão Social e as Saídas para a Pobreza

Caderno 12

**I Seminário Internacional COEP
Gerenciamento de Redes para o Desenvolvimento Comunitário**

Estes volumes estão disponíveis em www.coeprasil.org.br em formato pdf.

Apoiadores do Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania — Oficina Social



Parceiros do projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania

